

DIVERSIDADES EM FOCO

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS
NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR



Organizador
Lucas Melo Rodrigues de Sousa

A R C O
EDITORES ● ● ●

DIVERSIDADES EM FOCO

GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS
NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR



Organizador
Lucas Melo Rodrigues de Sousa

ARCO
EDITORES ● ● ●

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty - UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivanio Folmer

Bibliotecária: Eliete Marques da Silva

Projeto gráfico e Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: www.canva.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diversidades em foco [livro eletrônico] : gênero,
sexualidade e direitos na perspectiva
interdisciplinar / organizador Lucas Melo
Rodrigues de Sousa. -- Santa Maria, RS :
Arco Editores, 2025.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-486-2

1. Diversidade 2. Educação – Finalidade e
objetivos 3. Educação – Pesquisa 4. Gênero e
sexualidade 5. Identidade de gênero na educação
6. Interdisciplinaridade 7. Interseccionalidade
8. Justiça social I. Sousa, Lucas Melo Rodrigues de.

25-280546

CDD-371.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Gênero e diversidade : Educação 371.1

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



10.48209/978-65-5417-486-2

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



APRESENTAÇÃO

Vivemos em um tempo que exige coragem. Coragem para existir, para resistir e para transformar. Esta coletânea nasce como um grito coletivo. Um grito que atravessa as salas de aula, os palcos, os escritórios e os corpos dissidentes que insistem em viver e pensar fora das normas impostas. Um grito que ecoa da marginalidade para o centro do debate, que rompe silêncios impostos por séculos de exclusão e que agora encontra na produção acadêmica um terreno fértil para florescer com força, cor e verdade.

“Diversidades em Foco” não é apenas um livro: é uma trincheira acadêmica e afetiva em defesa da justiça social. A partir de uma perspectiva interdisciplinar e profundamente comprometida com os direitos humanos, esta obra reúne vozes que não mais aceitam o silenciamento. São pesquisadoras, ativistas, artistas, professoras, estudantes e educadores que, com rigor e sensibilidade, discutem gênero, sexualidade, políticas públicas e identidades LGBTQIAPN+ sob o prisma da interseccionalidade. Aqui, pensar é também um ato de resistência, e escrever se torna uma forma de existir politicamente.

Neste livro, a ciência encontra a militância. A teoria abraça a prática. A produção do conhecimento deixa de ser neutra e se coloca a serviço da transformação. Cada capítulo é uma recusa à lógica da exclusão. Cada análise é um chamado à escuta. Cada dado, uma denúncia. Ao mesmo tempo em que denuncia a violência simbólica e estrutural que atinge corpos dissidentes, a obra também propõe saídas concretas: políticas afirmativas, práticas educativas emancipadoras, ações institucionais inclusivas e um novo pacto civilizatório baseado no reconhecimento da dignidade de todas as existências.

Num país onde travestis e pessoas trans têm expectativa de vida de apenas 35 anos e enfrentam abandono escolar sistemático, discutir inclusão não é apenas uma opção: é uma urgência ética. O direito à educação, à saúde, à cidadania plena e à dignidade não pode ser condicional nem seletivo. Por isso, este livro se firma como ferramenta de luta, mas também como celebração da potência de existir. Ele rompe com a lógica da excepcionalidade e afirma

a presença LGBTQIAPN+ como central para o debate sobre democracia e direitos humanos.

Dedicamos estas páginas a todas as pessoas que foram obrigadas a esconder quem são. A todas as que tiveram seus nomes negados. A todas que foram excluídas da escola, da família, da fé e da cidadania. A todas que ousaram reescrever sua própria história, mesmo diante da violência. Este livro é por elas e com elas. É um tributo às trajetórias interrompidas e um incentivo às que estão por vir. É um ato de amor político por todas as existências dissidentes que insistem em florescer em meio ao concreto da intolerância.

Porque quando uma pessoa LGBTQIAPN+ entra na universidade, no palco, na empresa ou na política, não é apenas um corpo que chega: é a possibilidade de um mundo mais justo que se anuncia. Não se trata apenas de presença, mas de transformação. A ocupação desses espaços por sujeitos historicamente excluídos desestabiliza estruturas, questiona narrativas e inaugura novos horizontes de justiça.

Seja bem-vindo à leitura. Que ela não apenas informe, mas também inspire. Que ela não apenas denuncie, mas também convoque. Que cada página seja uma porta aberta à empatia e ao reconhecimento. Porque livros mudam vidas e vidas, quando reconhecidas em sua dignidade plena, mudam o mundo.

E quando o mundo não cabe em nós, nós o reinventamos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Inclusão e Permanência de Pessoas Trans no Ensino Superior: Políticas Públicas, Desafios e Trans-Formação.....8

Myrian Dias Vianna

doi: 10.48209/978-65-5417-486-0

CAPÍTULO 2

Inclusão e equidade da comunidade LGBTQIAP+ no ambiente corporativo.....23

Laerte Magno Muraro Descovi; Bruna Adrielle Melo Fagundes; Henrique Nascimento Seerig; Maira Helena Muraro Descovi; Maria Eduarda Waechter; Milena Muraro Gubiani

doi: 10.48209/978-65-5417-486-1

CAPÍTULO 3

Análise da Informação e Leitura de Charges LGBTQIAPN+...36

Ana Cleide Patrício de Souza

doi: 10.48209/978-65-5417-486-3

CAPÍTULO 4

Representações entre a Dor e o dito na Cena Discursiva de “BR Trans” 56

Jumael dos Santos Silva Filho; Icléia Caires Moreira

doi: 10.48209/978-65-5417-486-4

CAPÍTULO 5

“Nenhuma menina vai querer ficar com você”: Percursos de autoidentificação bissexual em uma sociedade monossexista.....73

Gabriel Calça Tasso

doi: 10.48209/978-65-5417-486-5

CAPÍTULO 6

A (Quase)Ausência das Relações de Gênero e Sexualidades no PNLD Literário (2021).....94

Felipe Miguel da Silva Begrami; Valdirene Barboza de Araújo Batista

doi: 10.48209/978-65-5417-486-6

Sobre o Organizador.....105

Sobre as Autoras e os Autores.....106

CAPÍTULO 1

INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS TRANS NO ENSINO SUPERIOR: POLÍTICAS PÚBLICAS, DESAFIOS E TRANS-FORMAÇÃO

Myrian Dias Vianna

Doi: 10.48209/978-65-5417-486-0

A inclusão de pessoas trans no ensino superior é um tema cada vez mais relevante no cenário educacional e social contemporâneo. As políticas públicas voltadas a esse grupo têm como objetivo assegurar o acesso, a permanência e a igualdade de oportunidades, combatendo a discriminação nas universidades. No Brasil, medidas como o uso do nome social, cotas específicas e apoio psicossocial têm sido implementadas para promover um ambiente acadêmico mais acolhedor.

Apesar dos avanços, persistem desafios importantes, como a resistência de parte da comunidade acadêmica e a carência de capacitação sobre gênero e diversidade. A ausência de serviços de apoio específicos e a dificuldade de adaptar estruturas institucionais — como banheiros neutros ou sistemas que reconheçam o nome social — ainda comprometem a permanência estudantil de pessoas trans.

Este estudo propõe uma análise crítica das políticas públicas voltadas à inclusão e permanência de pessoas trans no ensino superior, com foco no contexto brasileiro e em experiências de países latino-americanos, como Argentina, Uruguai, Chile e México. Com base em uma abordagem fundamentada nos direitos humanos, o artigo examina os principais marcos legais e políticas afirmativas implementadas, refletindo sobre os avanços conquistados e os persistentes desafios estruturais e institucionais. O objetivo é compreender as barreiras enfrentadas por essa população no acesso e na permanência nas universidades, avaliando a urgência de transformações institucionais que assegurem, de forma equitativa, o direito à educação superior.

A fundamentação teórica articula autoras como Judith Butler, Angela Davis, Bell Hooks, Bruna Benevides, Pierre Bourdieu, Rita Segato e Paul Preciado, entre outros, em diálogo com estudos sobre gênero, interseccionalidade, exclusão educacional e justiça social.

A metodologia adotada é qualitativa, com base em análise documental e bibliográfica. São utilizados relatórios institucionais, marcos legais, dados do IBGE e ANTRA¹, além de documentos como a Agenda 2030, a Lei de Cotas², o Plano Nacional LGBTQIA+³, o Decreto nº 8.727/2016⁴ e o relatório da CRES+5⁵.

Os principais resultados indicam que, embora haja avanços normativos e mobilizações sociais, a presença trans nas universidades ainda é residual, sendo urgente o fortalecimento de políticas públicas específicas de admissão, permanência e enfrentamento à transfobia no ambiente universitário. O objetivo é refletir sobre os caminhos para garantir uma educação superior mais equitativa, capaz de acolher a diversidade de identidades e promover justiça social.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS E JUSTIÇA SOCIAL

A exclusão de pessoas trans da educação formal não pode ser compreendida sem considerar a produção social dos corpos e das normas de gênero. Judith Butler (2002) denuncia a compulsoriedade da cis-heteronormatividade e propõe que os corpos que importam são historicamente construídos dentro de um regime de inteligibilidade que exclui as vivências trans.

Angela Davis (1990) e bell hooks⁶ (2013) destacam a centralidade das interseccionalidades — gênero, raça, classe — na análise das opressões. Tais abordagens são essenciais para compreender como a transfobia opera em con-

1 Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

2 Lei de Cotas disponível em <<https://abrir.link/IJWBm>>

3 Disponível em <<https://abrir.link/ijSSG>>

4 Disponível em <<https://abrir.link/ZbMwb>>

5 Disponível em <<https://abrir.link/YRiYf>>

6 Gloria Jean Watkins nasceu em 1952, em Hopkinsville, EUA, adotando o pseudônimo bell hooks em homenagem à bisavó. A escolha da grafia em minúsculas reflete sua ênfase na escrita e nas ideias, acima da própria identidade como autora.

junto com o racismo e a segregação socioeconômica, dificultando o acesso de pessoas trans negras e periféricas ao ensino superior.

“A política não se situa no polo oposto ao de nossa vida. Desejemos ou não, ela permeia nossa existência, insinuando-se nos espaços mais íntimos.”(DAVIS, 1990)

Como observa Angela Davis (1990), a política permeia todos os âmbitos da vida, inclusive os mais íntimos. Isso reforça a importância de ações afirmativas que enfrentem a exclusão social e a transfobia institucional. A presença de pessoas trans nas universidades contribui para transformar esses espaços e fomentar o respeito à diversidade de identidades.

Pierre Bourdieu (1989) contribui ao refletir sobre o poder simbólico das instituições educacionais, que tendem a reproduzir desigualdades sociais ao invés de combatê-las. A escola e a universidade operam como campos de disciplinamento dos corpos e exclusão dos que não se ajustam às normas estabelecidas. Sua teoria da violência simbólica ajuda a entender como essas exclusões se manifestam de forma sutil e estrutural.

Paul Preciado (2022) propõe uma crítica radical às estruturas cis-heteronormativas da educação, apontando que é necessário dismantelar o binarismo de gênero para construir instituições verdadeiramente inclusivas. O autor também critica a patologização dos corpos trans, defendendo uma abordagem desmedicalizada e emancipatória.

Rita Segato (2003, 2017) argumenta que o controle dos corpos dissidentes é uma estratégia de manutenção do poder patriarcal e colonial, sendo urgente a implementação de políticas de ação afirmativa. Segundo a autora, a dominação de gênero é uma estrutura primordial que molda profundamente as desigualdades contemporâneas.

As políticas públicas voltadas para pessoas trans, como ações afirmativas e o sistema de cotas, são instrumentos fundamentais na redução das desigualdades sociais e educacionais. Seu objetivo é garantir o acesso equitativo a oportunidades historicamente negadas, promovendo justiça social por meio da reparação de desigualdades estruturais. O ingresso de pessoas trans no ensino superior deve ser compreendido como uma conquista coletiva e política.

York (2020) chama atenção para o despreparo das instituições escolares diante das diferenças. Apesar de esforços “de baixo para cima” com a sensibilização de professores, ainda são necessárias intervenções institucionais mais incisivas, como políticas de cotas, para garantir a presença e permanência de pessoas trans nas salas de aula.

“Mas quantas salas de aulas preparadas nós temos hoje no Brasil para lidar com as diferenças? (...) isso não vai mudar até que a gente entre em todas as salas de aula e explique. A gente tentou fazer isso de “baixo pra cima”. A gente tentou isso de falar com os professores, mas infelizmente a gente ainda precisa vir de “cima para baixo” e aí de “cima para baixo” vem a política de cotas.” (YORK, 2020)

A Constituição Federal de 1988 consagra a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República (art. 1º, III) e assegura a igualdade a todos (art. 5º). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) orienta a educação pelos ideais de solidariedade e cidadania, considerando sua realização também em espaços não formais.

No campo das políticas para a população LGBTQIA+, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos⁷ (2009) recomenda a inclusão da temática de gênero e orientação sexual nos currículos e na formação de professores. Portarias como a nº 223/2010⁸ e a nº 1612/2011⁹ asseguram o uso do nome social na administração pública e no sistema educacional.

Para bell hooks (1994), a educação é um ato político e deve desafiar estruturas de poder opressivas. A autora defende políticas que promovam a diversidade e inclusão de todas as identidades de gênero, contribuindo para o aumento da presença de estudantes no ensino superior e a construção de uma educação mais inclusiva.

Judith Butler (1990) aponta que as normas de gênero são socialmente construídas e reforçadas por instituições. Políticas educacionais moldadas por parâmetros cisnormativos dificultam a inclusão de pessoas trans. A ausência de legislação federal específica para cotas trans revela uma lacuna, hoje suprida apenas por iniciativas locais.

7 Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTQIA+. Disponível em <<https://abrir.link/AarRj>>

8 Portaria nº 223 de 18/05/2010. Disponível em <<https://abrir.link/dXDjI>>

9 Portaria nº 1612 de 18/11/2011. Disponível em <<https://abrir.link/aFgBa>>

O Decreto nº 8.727/2016 regulamenta o uso do nome social na administração pública federal, assegurando o reconhecimento da identidade de gênero e representando um avanço no combate à transfobia institucional.

“Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.” (BRASIL, 2016, Decreto nº 8.727)

Em 2019, o STF equiparou homofobia e transfobia aos crimes da Lei de Crimes Raciais (Lei nº 7.716/1989), ampliando a proteção legal à população LGBTQIA+, ainda que provisoriamente.

Em 2020, o STF decidiu no Recurso Extraordinário 670.422/RS¹⁰ que pessoas trans têm direito à alteração de nome e gênero por meio administrativo, sem necessidade de cirurgia ou decisão judicial, reforçando sua autonomia identitária.

“i) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo (...); ii) (...) vedada a inclusão do termo ‘transgênero’; iii) Nas certidões do registro não constará nenhuma observação sobre a origem do ato (...); iv) (...) deverão preservar o sigilo sobre a origem dos atos”.

Iris Marion Young (2006) defende a política da diferença, que reconhece a interseccionalidade entre raça, classe e gênero como produtora de formas específicas de exclusão. É fundamental assegurar não apenas o acesso, mas a permanência e representatividade de pessoas trans nas universidades.

O acesso ao ensino superior deve ser entendido como direito social. Políticas como Enem, Sisu, FIES e ProUni ampliaram esse acesso, mas ainda é necessário contemplar explicitamente as especificidades de pessoas trans, garantindo inclusão plena e equitativa.

10 Recurso Extraordinário 670.422/RS. Disponível em <<https://abrir.link/vceND>>

ANÁLISE: POLÍTICAS PÚBLICAS, DADOS E PARTICIPAÇÃO TRANS NO ENSINO SUPERIOR

A ausência de dados consistentes sobre a população trans no sistema educacional é um dos maiores obstáculos à formulação de políticas públicas efetivas. Segundo o IBGE, pessoas trans são frequentemente apagadas das estatísticas oficiais, o que dificulta o monitoramento de sua situação e o planejamento de políticas educacionais. Segundo uma pesquisa da Faculdade de Medicina de Botucatu¹¹ (2021), cerca de 2% da população adulta brasileira se identifica como transgênero ou não-binária. Desde 2023, o IBGE passou a incluir questões sobre identidade de gênero na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, o que permitirá um mapeamento mais preciso dessa população e servirá como base para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes.

Relatórios como o Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais¹² (BENEVIDES, 2018) e a Nota Técnica da ANTRA¹³ (2024) revelam que a violência estrutural e simbólica enfrentada por pessoas trans tem impactos diretos sobre sua trajetória escolar, levando à evasão precoce e ao abandono dos estudos ainda no ensino básico.

A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) representou um marco na luta por equidade no acesso à educação superior, porém, a população trans não está explicitamente contemplada nessa legislação. Algumas universidades vêm implementando ações afirmativas específicas para pessoas trans com base em sua autonomia, como editais de vagas suplementares, uso de nome social e apoio psicossocial. Contudo, essas ações ainda são limitadas e desiguais entre as instituições.

Nos últimos anos, a inclusão de pessoas trans, travestis e não-binárias no ensino superior avançou no Brasil, com 25¹⁴ universidades públicas adotando cotas para essa população. A política teve início em 2018 na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e na Universidade Estadual da Bahia (UNEB),

11 Pesquisa da Faculdade de Medicina de Botucatu. Disponível em <<https://abrir.link/DstMP>>

12 Disponível em <<https://abrir.link/IGoFz>>

13 Nota técnica da ANTRA. Disponível em <<https://abrir.link/GWGUu>>

14 Dados disponíveis em <<https://abrir.link/kqTvl>>

expandindo-se significativamente em 2024 e 2025. Entre algumas instituições que implementaram a medida estão a Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Estadual do Amapá (UEAP) e Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal de Rondônia (Unir).

A análise de dados do Censo da Educação Superior (2024)¹⁵ aponta avanços significativos na composição do corpo discente após a implementação da Lei de Cotas, com aumento na diversidade e nos índices de conclusão dos cursos entre os cotistas. Estudos do MEC e do INEP¹⁶ mostram que a taxa de formação entre esses estudantes é superior à dos não cotistas, desmistificando estigmas relacionados ao mérito e à capacidade acadêmica.

Além disso, os dados indicam que políticas como o ProUni¹⁷ e o FIES têm efeitos positivos sobre a permanência e conclusão dos cursos. Em 2024, por exemplo, 58% dos beneficiários do ProUni se formaram, contra 36% dos que não participaram do programa. Esses números reiteram que o apoio público é determinante para o sucesso acadêmico de grupos socialmente excluídos.

A história de Luma Andrade¹⁸, primeira travesti a obter o título de doutora no Brasil em 2012, marca um divisor de águas, mas evidencia a excepcionalidade de trajetórias trans na academia. Em 2024, segundo a ANTRA, o número de doutoras trans e travestis não ultrapassa 30. A escassez de dados sobre homens trans reforça a invisibilidade dessa população nos espaços de ensino.

A exclusão escolar precoce é uma realidade constante. Ativistas trans descrevem esse processo como um “abandono compulsório”, impulsionado por violência familiar, escolar e institucional. Dados revelam que mais de 70% das

15 MEC e Inep divulgam resultado do Censo Superior 2023. Disponível em <<https://abrir.link/DYDeL>>

16 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

17 Conclusão do ensino superior é maior entre estudantes com cotas e ProUni. Disponível em <<https://abrir.link/ufYdl>>

18 Reportagem sobre a primeira travesti doutora do Brasil disponível em <<https://abrir.link/xektC>>

peessoas trans abandonam os estudos no ensino médio, resultado da transfobia e da ausência de redes de apoio. Pesquisa local¹⁹ da ANTRA (2015) com 141 mulheres trans e travestis mostrou que apenas 2,2% concluíram o ensino superior. Tal padrão revela um ambiente educacional que expulsa e silencia identidades dissidentes.

Diante desse cenário, coletivos LGBTQIA+ e grupos trans têm atuado junto às administrações universitárias para promover ambientes inclusivos. Davis (1990) observa que o ativismo político se equilibra entre o enfrentamento de urgências e a busca por transformações duradouras. Nesse espírito, surgem iniciativas como:

- Adoção do nome social em documentos acadêmicos;
- Criação de banheiros neutros;
- Programas de apoio financeiro e psicológico;
- Campanhas de sensibilização e eventos culturais;
- Programas de mentoria e acolhimento;
- Criação de núcleos de apoio e ouvidorias especializadas.

Outras nações latino-americanas também avançam em marcos legais e institucionais. A Argentina, com a Lei de Identidade de Gênero (nº 26743/2012)²⁰, o Chile (Lei nº 21.120/2018)²¹ e o Uruguai (Lei Integral para Pessoas Trans)²² instituíram garantias de acesso à saúde, educação e trabalho para pessoas trans. Universidades como a de Buenos Aires e La Plata adotam o nome social, promovem espaços seguros e campanhas educativas. O mesmo ocorre na Universidade do Chile e na UNAM (México), com apoio psicológico, legal e eventos voltados à diversidade de gênero.

A autonomia universitária para definir critérios de ingresso — como o ENEM ou exames próprios — pode gerar barreiras adicionais para populações vulneráveis. A seletividade de cursos como Medicina, por exemplo, dificulta ainda mais o ingresso de pessoas trans, que em sua maioria enfrentam profundas desigualdades educacionais. Segundo a V Pesquisa do Perfil Socioeconô-

19 Nota técnica da ANTRA. Disponível em <<https://abrir.link/GWGUu>>

20 Lei da Identidade de Gênero nº 26743/2012 da Argentina. Disponível em <<https://abrir.link/xEcNi>>

21 Lei 21.120/2018 do Chile. Disponível em <<https://abrir.link/OXpob>>

22 Lei Integral para Pessoas Trans do Uruguai. Disponível em <<https://abrir.link/rikVg>>

mico e Cultural dos Graduandos das IFES²³ (Andifes, 2018), apenas 0,2% dos estudantes se declararam trans. Esses dados reforçam os estudos da ANTRA e do Projeto Além do Arco-Íris, que apontam que 90% das pessoas trans sobrevivem da prostituição, 72% não concluem o ensino médio e 56% não completam o ensino fundamental. A média de idade em que são expulsas de casa é de apenas 13 anos.

Benevides ²⁴(2018) destaca que travestis e mulheres trans vivem sob altíssima vulnerabilidade. A expectativa de vida dessa população é estimada em 35 anos, quase metade da média nacional (IBGE, 2013). A exclusão educacional está, portanto, diretamente ligada à exclusão social e ao risco de morte precoce.

Estudar políticas públicas voltadas à população trans é fundamental para promover a justiça social. Foucault (1988) nos lembra que o poder se estrutura em relações e que a resistência emerge justamente nessas fissuras. As ações afirmativas e a presença de pessoas trans na universidade representam atos de resistência frente a uma educação moldada por normas cisheteronormativas.

A III Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe (CRES+5), realizada em Brasília em 2024, reforçou a importância da inclusão de grupos historicamente invisibilizados no ensino superior, com destaque para a população trans. O evento enfatizou a necessidade de políticas que garantam acesso, permanência e sucesso acadêmico, incluindo apoio financeiro, pedagógico e institucional.

A Declaração da CRES+5 reafirma o compromisso com a equidade de gênero e identidade, destacando medidas concretas para a ampliação da diversidade nas universidades:

“A educação superior deve contribuir para reparar a dívida histórica das sociedades (...) Devemos fomentar políticas destinadas a promover a igualdade de oportunidades para mulheres e membros da comunidade LGBTQIA+.”

²³ Pesquisa disponível em <<https://abrir.link/azVUg>>

²⁴ A história de Bruna Benevides, primeira sargento trans da Marinha do Brasil disponível em <<https://abrir.link/okJaD>>

O documento também denuncia os riscos representados por discursos negacionistas e religiosos dogmáticos, que ameaçam a democracia e o avanço de políticas inclusivas.

Nesse sentido, a Agenda 2030²⁵ da ONU, especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), oferece marcos orientadores. O ODS 4²⁶ visa assegurar educação inclusiva e equitativa; o ODS 10²⁷ propõe a redução das desigualdades; e o ODS 16²⁸ defende instituições eficazes, responsáveis e inclusivas. Esses objetivos reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à permanência e ao sucesso acadêmico de pessoas trans.

Em consonância, o Decreto nº 11.848/2023 convocou a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+²⁹, que será realizada em 2025. Seu tema — “Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+” — aponta para a consolidação de políticas transversais e inter-setoriais que alcancem o sistema educacional como um todo.

A inclusão da população trans no ensino superior é, portanto, uma responsabilidade coletiva e um imperativo democrático. Promover seu acesso, garantir sua permanência e celebrar suas trajetórias acadêmicas é não apenas reparar uma dívida histórica, mas transformar o futuro da educação brasileira em direção à equidade, à diversidade e à justiça.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O censo do IBGE³⁰, iniciado em 2023, será o primeiro a mapear a população trans, com resultados previstos para 2024. A ausência de dados³¹ consolidados limita a avaliação do impacto das políticas em diferentes contextos regionais e institucionais e consequentemente o planejamento de ações mais eficazes.

25 A Agenda 2030 é um compromisso global construído pelos 193 Estados-membro da ONU expresso na Resolução 70 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de setembro de 2015.

26 ODS 4 disponível em <<https://abrir.link/sAfSC>>

27 ODS 10 disponível em <<https://abrir.link/kimhO>>

28 ODS 16 disponível em <<https://abrir.link/tsrfw>>

29 Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ acontecerá entre os dias 21 e 25 de outubro de 2025, em Brasília/DF <<https://abrir.link/CHfBZ>>

30 IBGE vai mapear população trans no Brasil. Disponível em <<https://abrir.link/lnBbU>>

31 O apagão de dados das pessoas trans no ensino superior. Disponível em <<https://abrir.link/cZTbT>>

Embora a inclusão de perguntas sobre identidade de gênero pelo IBGE, a partir de 2023, represente um avanço, os números disponíveis até agora apontam para uma realidade alarmante: apenas 0,2% dos estudantes das universidades federais se declaram trans, e estima-se que 90% dessa população recorra à prostituição como forma de subsistência, reflexo direto da evasão escolar e da exclusão social.

A Lei nº 12.711/2012³², conhecida como Lei de Cotas, reserva vagas para estudantes oriundos da rede pública e grupos vulnerabilizados, mas não contempla expressamente pessoas trans. Algumas universidades, contudo, têm adotado políticas afirmativas internas voltadas a esse grupo.

Apesar desses avanços, como alerta a ANTRA, a implementação de políticas enfrenta entraves como a burocracia para o uso do nome social, o que pode levar à evasão escolar e exclusão de processos seletivos como o ENEM.

O “abandono compulsório” da escola, como descrevem ativistas, resulta de múltiplas violências — familiares, institucionais e simbólicas. Dados da ANTRA mostram que mais de 70% das pessoas trans não concluem o ensino médio. Ainda que políticas afirmativas internas tenham sido adotadas por 17 universidades públicas, como o caso emblemático da UFF, que reserva 2% das vagas para pessoas trans a partir de 2025, a abrangência dessas ações é restrita.

Ações como o uso do nome social, programas de mentoria e criação de banheiros neutros demonstram avanços institucionais pontuais. No entanto, esses resultados indicam que, para além do acesso, é urgente garantir permanência com suporte financeiro, pedagógico e psicológico, a fim de romper o ciclo de exclusão e possibilitar uma verdadeira justiça educacional.

CONCLUSÃO

Com base nos dados e análises apresentados, é possível afirmar que a invisibilidade da população trans no ensino superior resulta de um conjunto de fatores estruturais, entre eles a exclusão escolar precoce, a violência institucionalizada, a ausência de políticas públicas específicas e a carência de dados oficiais que subsidiem ações afirmativas eficazes. A evasão ainda no ensino básico

32 Lei nº 12.711/2012. Disponível em <<https://abrir.link/oKFyt>>

compromete significativamente as chances de ingresso e permanência dessa população na universidade, refletindo-se em índices extremamente baixos de conclusão da graduação e da pós-graduação.

Embora algumas universidades tenham avançado em medidas pontuais, como o reconhecimento do nome social e a criação de espaços de acolhimento, a maioria das instituições públicas de ensino superior ainda não implementou políticas estruturadas de ações afirmativas voltadas especificamente à população trans. Essa lacuna só tem sido parcialmente enfrentada por meio da mobilização dos coletivos trans e da sociedade civil organizada, que atuam como protagonistas na disputa por equidade e justiça educacional.

A Lei de Cotas (nº 12.711/2012) representou um marco importante na democratização do acesso ao ensino superior, mas sua aplicação ainda carece de ampliação para incluir recortes interseccionais como identidade de gênero.

No cenário internacional, marcos como a Lei de Identidade de Gênero da Argentina e as políticas inclusivas de universidades no Chile, México e Uruguai demonstram que a efetivação de direitos é viável e urgente. No plano regional, a Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e Caribe (CRES+5), realizada em 2024, reforçou a centralidade da inclusão de grupos historicamente invisibilizados, entre eles a população trans, ao destacar a necessidade de ações concretas para garantir o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico dessas pessoas. A conferência também enfatizou a formação docente voltada à diversidade e à criação de ambientes educacionais acolhedores e seguros.

A Agenda 2030 da ONU, especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), oferece um horizonte político e ético para a promoção da justiça social, da redução das desigualdades e do fortalecimento de instituições inclusivas. No Brasil, o Decreto nº 11.848/2023, que convoca a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, reforça a urgência de políticas intersetoriais voltadas à garantia de direitos dessa população, incluindo o direito à educação superior.

Diante disso, é fundamental que a inclusão da população trans no ensino superior seja entendida não como concessão, mas como reparação histórica.

Reivindicar o direito de admissão e permanência de pessoas trans, travestis e não binárias no ensino superior é propor uma *trans-formação* profunda nas estruturas da universidade. Trata-se de reconhecer essas presenças não como exceção, mas como direito, afirmando a pluralidade e a democracia como fundamentos da educação pública e de qualidade. A universidade do futuro será, necessariamente, aquela que acolhe, promove e respeita todas as existências.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Respuestas a sus preguntas sobre las personas trans, la identidad de género y la expresión de género*. 2011. Disponível em: <https://abrir.link/obPYe>. Acesso em: 8 set. 2024.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. *Discriminación*. 2021. Disponível em: <https://abrir.link/RRMII>. Acesso em: 15 set. 2024.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. *La transfobia: un problema que no cesa*. Madrid: Amnistía Internacional España, 2022. Disponível em: <https://abrir.link/rbtuH>. Acesso em: 15 set. 2024.

BENEVIDES, Bruna. *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017*. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, 2018.

BENEVIDES, Bruna; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Nota técnica sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior*. Brasília: ANTRA, 2024.

BAREIRO, Laura. *La exclusión de las personas trans del sistema educativo: un análisis de la experiencia en la educación de personas jóvenes y adultas en Paraguay*. Buenos Aires: CLACSO, 2016. Disponível em: <https://abrir.link/ZcZXg>. Acesso em: 15 set. 2024.

BATISTA, Francesca. O transgênero segundo o STF. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 24, n. 5758, 7 abr. 2019. Disponível em: <https://abrir.link/pslfe>. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais. Disponível em: <https://abrir.link/dWUGI>. Acesso em: 8 set. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://abrir.link/tbyK8>. Acesso em: 8 set. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://abrir.link/StNdQ>. Acesso em: 14 set. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CARVALHO, José Jorge de. *Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Attar, 2006.

CARVAJAL, Álvaro. *Transexualidad y transfobia en el sistema educativo*. Humanidades, 2018. Disponível em: <https://abrir.link/thNlx>. Acesso em: 22 set. 2024.

DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Gênero. Disponível em: <https://abrir.link/IOZYV>. Acesso em: 22 set. 2024.

IEVORTINO, Thais. Tenemos que pensar en una institución educativa que no sea heterosexual. *Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación*, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/boYKw>. Acesso em: 31 ago. 2024.

LEMAITRE, María. Equidad en la educación superior: un concepto complejo. *Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, v. 3, n. 2, p. 70-79, 2006. Disponível em: <https://abrir.link/amtaE>. Acesso em: 22 set. 2024.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Declaración Universal de Derechos Humanos*. Resolución 217 A (III), de 10 de diciembre de 1948. Disponível em: <https://abrir.link/fPMgc>. Acesso em: 31 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://abrir.link/hkpnf>. Acesso em: 3 out. 2024.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas da identidade sexual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SECRETARÍA DE EDUCACIÓN SUPERIOR, CIENCIA, TECNOLOGÍA E INNOVACIÓN (SENESCYT); UNESCO. *Construyendo igualdad en la educación superior*. 2015. Disponível em: <https://abrir.link/BSVEZ>. Acesso em: 22 set. 2024.

SEGATO, Rita. Racismo, discriminación y acciones afirmativas: herramientas conceptuales. *Serie Antropológica*, n. 404, p. 43-64, 2017. Disponível em: <https://abrir.link/WrjLd>. Acesso em: 31 ago. 2024.

SEGATO, Rita. *Las estructuras elementales de la violencia: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes; Prometeo, 2003. Disponível em: <https://abrir.link/uuabJ>. Acesso em: 8 set. 2024.

UNESCO. *III Conferência Regional de Educação Superior: documento final da CRES+5 defende educação superior democrática, inclusiva e gratuita*. Disponível em: <https://abrir.link/ztlZJ>. Acesso em: 8 set. 2024.

UNESP. *Estudo pioneiro na América Latina mapeia adultos transgêneros e não-binários no Brasil*. Disponível em: <https://abrir.link/YMpVy>. Acesso em: 22 set. 2024.

YORK, Sara Wagner; CARA, Daniel Trajeiro. Entrevista com Sara York: a travesti da/na educação. *Revista do Centro de Educação UFSM*, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/UstcU>. Acesso em: 29 set. 2024.

CAPÍTULO 2

INCLUSÃO E EQUIDADE DA COMUNIDADE LGBTQIAP+ NO AMBIENTE CORPORATIVO

Laerte Magno Muraro Descovi
Bruna Adriele Melo Fagundes
Henrique Nascimento Seerig
Maira Helena Muraro Descovi
Maria Eduarda Waechter
Milena Muraro Gubiani
Doi: 10.48209/978-65-5417-486-1

INTRODUÇÃO

A complexidade da Diversidade e Inclusão (D&I) no meio corporativo, destaca os desafios enfrentados pela gestão de pessoas até hoje. Segundo Oliveira *et al.* (2022), ainda há impasses relacionados à percepção da diversidade nos ambientes de trabalho, os quais podem ser influenciados por fatores como crenças das lideranças, modelo de gestão e/ou preconceitos estruturais da sociedade. Nesse sentido, os autores Gomes e Renner (2020) apontam que o tema ganhou força na década de 1990, quando algumas empresas começaram a valorizar diferentes experiências e características de vida dos indivíduos.

Enquanto isso, Alves *et al.* (2004) discutem, nos pilares de Gestão de Pessoas, como os processos de recrutamento e seleção revelam contradições entre ações afirmativas e as exigências do mercado, pois a contratação de grupos minorizados pode ser vista como onerosa. Já Passos *et al.* (2024) reforçam a importância de refletir sobre essas contradições e reconhecer a falsa ideia de que o mercado de trabalho é, de fato, inclusivo e equitativo. Nessa concepção, a diversidade pode se manifestar em vários aspectos, como raça, pessoas com deficiência, identidade de gênero, orientação sexual, etnia, religião, entre outros marcadores. Sendo assim, as políticas de Gestão de Pessoas surgem como ferramentas para promover a inclusão. No entanto, segundo Fernandes *et al.*

(2024), muitas empresas adotam medidas apenas para cumprir cotas legais, sem promover inclusão e equidade real.

Com o avanço do RH 3.0, o foco se desloca para o colaborador, tornando o recrutamento um ponto estratégico para a diversidade. Logo, destaca-se a importância de buscar ativamente profissionais diversos, indo além do gênero, e promovendo pluralidade como forma de gerar inovação e identificação com os consumidores ou clientes. A Gestão de Pessoas deve também promover uma Cultura Organizacional (CO) que valorize a diversidade. E sobre isso, Schein (2022) afirmam que a CO precisa incorporar valores inclusivos de forma profunda e autêntica. O clima organizacional, como reflexo dessa cultura, depende de lideranças comprometidas e práticas concretas, para que a diversidade seja efetiva e não apenas simbólica, conforme Fernandes *et al.* (2023).

Portanto, este estudo possui o objetivo de revisar na literatura as relações entre gestão de pessoas, diversidade e equidade da comunidade LGBTQIAP+ no meio corporativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, foram apresentados os referenciais teóricos voltados à Gestão de Pessoas e seus direcionamentos para a formação de times diversos e também a conceituação voltada para orientação sexual.

Gestão de Pessoas na formação de times diversos

A gestão da diversidade carrega uma crítica importante à exclusão de profissionais diversos do mercado de trabalho. Ao considerar os autores Renner e Gomer (2020), muitas empresas ainda tratam o tema de forma negativa, o que contribui para a marginalização de minorias sociais ao priorizarem a formação de equipes homogêneas. Em resposta às pressões sociais por práticas mais inclusivas, várias organizações têm se posicionado como aliadas da diversidade. No entanto, como apontam Aragão *et al.* (2023), é necessário questionar até que ponto esse posicionamento é verdadeiro, ou, se resume a um discurso institucional, sem ações concretas, tornando-se uma “falácia da diversidade”.

Essa exclusão, como destacam Bezerra *et al.* (2022), começa desde o momento em que o “diferente” surge. Para muitas organizações, ignorar o tema parece mais simples e confortável, pois assim evitam repensar suas estruturas e práticas. Contudo, essa postura é cada vez mais insustentável diante das demandas de um mundo em transformação. A aversão ao diferente muitas vezes nasce do desconhecimento. Nesse sentido, Brunstein e Serrano (2008), citados por Ferreira *et al.* (2022), argumentam que o preconceito é fruto de um processo cognitivo social, e uma forma eficaz de enfrentá-lo é promover o contato e a convivência entre grupos distintos. O diálogo e a interação permitem a reconstrução de significados e ajudam a quebrar barreiras.

Dentro das ações de D&I em gestão de pessoas, algumas ações se destacam como promissoras, para a comunidade LGBTQIAP+, por exemplo. Ao considerar o processo de recrutamento e seleção voltado para a formação de times diversos exige uma busca ativa por profissionais com diferentes trajetórias, habilidades e vivências, com o objetivo de construir times mais inclusivos e inovadores. Essa prática vai muito além da discussão sobre equidade de gênero, ainda que esta continue sendo uma pauta importante. É essencial considerar também outros marcadores de diversidade, como raça, etnia, identidade de gênero, religião, pessoas com deficiência, entre outros aspectos que refletem a complexidade e pluralidade da sociedade.

Para que esses benefícios se concretizem, é crucial que as equipes de gestão de pessoas sejam imparciais e livres de preconceitos. Mais do que isso, é necessário que haja um olhar sensível e atento à inclusão real das pessoas diversas, reconhecendo e valorizando suas singularidades desde o início da jornada profissional. Por conta disso, o tópico seguinte apresenta os conceitos relacionados à orientação sexual, sendo esse um conceito importante para esta pesquisa.

Conceitos para orientação sexual

Os aspectos relacionados à orientação sexual dizem respeito às relações (sexuais ou afetivas) estabelecidas entre indivíduos. Para isso, a Tabela 1 apresenta as conceituações da sigla LGBTQIAP+.

Tabela 1 - Definições do marcador Orientação Sexual

Sigla		Conceito
L	Lésbicas	Compreende mulheres que sentem atração por outras mulheres, seja sexualmente, emocionalmente ou afetivamente, de acordo com o Ministério da Saúde (2013);
G	Gays	Compreende os indivíduos do sexo masculino que sentem atração por outros homens, seja sexualmente, emocionalmente ou afetivamente, de acordo com o Ministério da Saúde (2013);
B	Bissexuais	Para o Ministério da Saúde (2013), o termo compreende as pessoas que sentem ligações (sexuais, emocionais ou afetivas) por ambos os sexos biológicos, logo, podendo se relacionar com outros homens ou mulheres;
T	Transgêneros e Travestis	Conforme Pereira e Alves (2022), pessoas transgênero representa aqueles que não se identificam com o seu sexo biológico, dessa forma, buscam alternativas para enquadrar-se no gênero oposto. Enquanto “a travesti é uma construção de gênero feminino oposta ao “sexo” biológico seguida de uma construção física, de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade” (PEREIRA e ALVES, 2022);
Q	Queers	O termo representa aqueles(as) que não se identificam e não rotulam-se em nenhum gênero, para Pereira e Alves (2022);
I	Intersexuais	“Pessoa que apresenta ao nascer uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino ou do masculino” (PEREIRA e ALVES, 2022);
A	Assexuais	Sgró <i>et al</i> (2023) compreendem o espectro assexual ou assexualidade como a falta total, parcial ou condicional de atração sexual a qualquer indivíduo, independente do sexo biológico ou identidade de gênero;
P	Pansexuais	A pansexualidade refere-se, acima de tudo a identificação efetiva a outro indivíduo, independente de orientação sexual ou identidade de gênero, de acordo com Sgró <i>et al</i> (2023);
+	Outros	Compreende outras nomenclaturas e tipos de orientações.

Fonte: Elaborado pelos autores, em 2025

Com isso, a comunidade LGBTQIAP+ compreende os indivíduos com base em orientações sexuais que divergem do estabelecido para a heteronormatividade. Além dessas reflexões, Pereira e Alves (2022) reforçam que, identidade de gênero atrela-se a como se dá a relação com o seu próprio corpo, enquanto a orientação sexual retrata com quem o indivíduo busca se relacionar, seja emocionalmente, psicologicamente ou sexualmente. Entretanto, salienta-se a intersecção entre as temáticas de identidade de gênero e orientação sexual, no qual a comunidade LGBTQIAP+ abarca, principalmente as questões de orientação, mas também de identificação.

Diferentemente das letras “L”, “G”, “B”, e outras como “P” para pansexual, “A” para assexual, etc., que dizem respeito à orientação sexual dos sujeitos, a letra T e outras, como “I” para intersexo, estão relacionadas à identidade de gênero, em outras palavras, à identificação destes sujeitos com um dos gêneros (masculino/feminino), com ambos os gêneros ou com nenhum dos gêneros (PEREIRA e ALVES, 2022, p. 3).

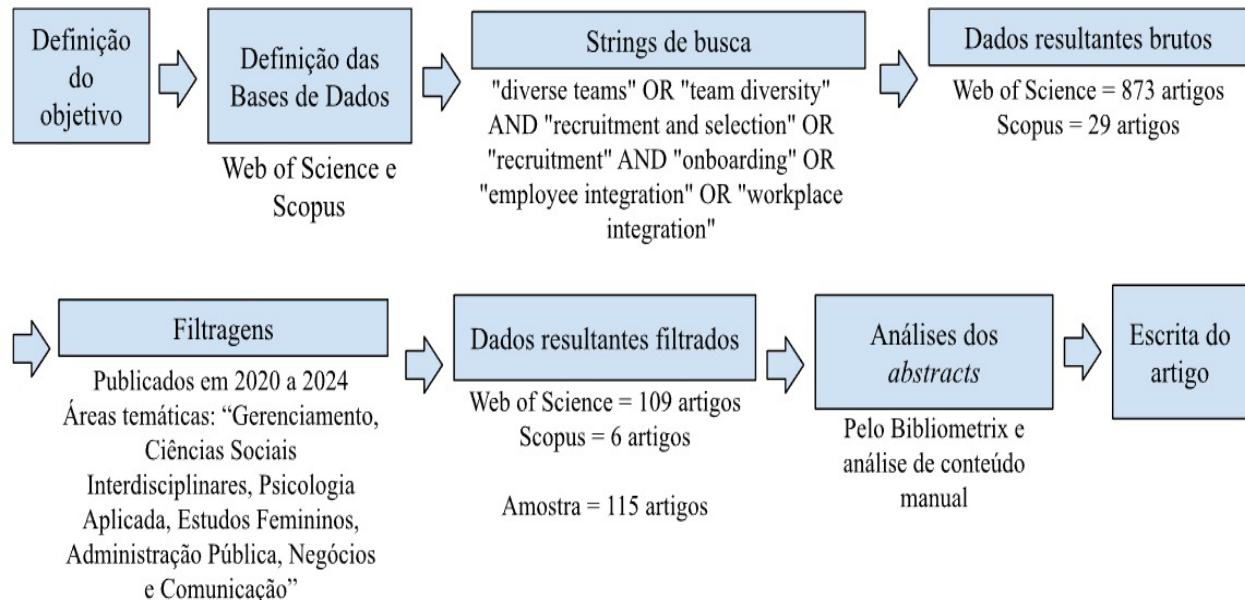
Por fim, ao resumir o referencial teórico desta pesquisa, a seção seguinte apresenta o método adotado.

MÉTODO

Este estudo possui viés qualitativo ao usar como pilares metodológicos a Revisão Sistemática da Literatura (RSL). Assim, estabelece uma abordagem exploratória ao investigar em pesquisas anteriores acerca da inclusão e equidade no ambiente corporativo. Para Botelho *et al.* (2011), esse método pode ser compreendido como uma abordagem que permite reunir e analisar diversos estudos já publicados, com o objetivo de construir novos entendimentos a partir do que já foi pesquisado e publicado. De encontro a pesquisas que exigem coleta direta de dados, esse tipo de revisão se baseia em fontes secundárias, como livros, artigos científicos, teses e dissertações, conforme explicam Cavalcante e Oliveira (2020). Ao contrário da pesquisa documental, que parte de registros ainda não analisados cientificamente, a RSL segue critérios rigorosos e bem definidos, o que garante mais organização, clareza e confiabilidade ao analisar um grande volume de informações.

Para atingir os objetivos desta pesquisa (revisar na literatura as relações entre gestão de pessoas, diversidade e equidade da comunidade LGBTQIPAN+ no meio corporativo), a Figura 01 resume os seguintes procedimentos metodológicos realizados.

Figura 01 - Procedimentos metodológicos



Fonte: Elaborado pelos autores, em 2025

Observa-se que o estudo inicia-se com a definição do objetivo geral do artigo, o qual implica diretamente nas definições metodológicas adotadas no estudo, uma Revisão Sistemática da Literatura. Em seguida, fez-se a escolha das bases presentes na Web of Science e Scopus por considerar a consistência das publicações disponíveis, as quais foram filtradas pelas *strings* de busca que direcionam para a formação de times diversos, recrutamento e seleção, recrutamento, integração de funcionários e integração no espaço de trabalho.

Após essas etapas resultaram em um total de 902 artigos brutos, para fins de atingimento dos objetivos de modo mais assertivo, aplicou-se os filtros referentes à datas, onde definiu-se o período entre 2020 e 2024, para buscar pesquisas atuais e também a escolha da área temática que melhor representa a pesquisa. Portanto, resultou em 115 artigos, os quais foram analisados, principalmente pelos seus *abstracts* no *software* Bibliometrix e também por análises de conteúdo manual, permitindo então o desenvolvimento por completo da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A utilização do *software* Bibliometrix em conjunto com a análise de conteúdo manual permite maior profundidade na investigação da revisão da literatura e as relações entre gestão de pessoas, diversidade e equidade da comunidade LGBTQIAP+ no meio corporativo. Sendo assim, nesta seção foram analisados os resultados provenientes da RSL e apresentados nos seguintes tópicos: Principais achados dos artigos e D&I no ambiente corporativo.

Principais achados dos artigos

Segundo Oliveira *et al.* (2022), ao relacionar à Gestão de Pessoas à pauta da diversidade, observa-se a tendência de impulsionamento à inovação e desempenho organizacional. Dessa forma, diferentes pesquisas demonstram que equipes heterogêneas, seja pelo marcador de orientação sexual ou outros, tendem a gerar mais inovação e apresentam melhor desempenho, especialmente quando essa diversidade é gerenciada de maneira efetiva. Para tanto, acerca dessa efetividade, surgem as práticas de gestão de pessoas como elemento chave para a equidade e inclusão de mais indivíduos nas equipes.

Assim, as obras analisadas destacam a presença de práticas proativas de inclusão resulta em ambientes mais positivos e moralidade elevada. Para tanto, a implementação de políticas e ações específicas, como treinamentos de sensibilização, recrutamento inclusivo, programas de suporte e liderança diversificada, aumenta a percepção de moralidade, empatia e bem-estar dos funcionários. Todos esses elementos favorecem para a melhora dos indicadores de satisfação no trabalho. Acerca da orientação sexual, e as suas interfaces com a pauta da identidade de gênero, as pesquisas evidenciam que estereótipos de gênero e de tarefas influenciam as atribuições de competência e o desempenho, além de impactar no processo de contratação, promoção e avaliação de desempenho, criando obstáculos à plena equidade e inclusão no meio corporativo.

A prática de lideranças inclusivas e estilos de gestão respeitosos é fundamental, pois adotar estilos autênticos, respeitosos e inclusivos contribuem para ambientes de trabalho mais acolhedores, onde a discriminação é minimizado

e a diversidade mais valorizada. Dentre os principais grupos estudados nos artigos estão as minorias sociais voltadas para a raça, refugiados e pessoas com deficiência. Essas predominâncias podem estar relacionadas à cobrança legal, social ou até mesmo “comoção” das lideranças para essas pautas, podendo até ser investigado acerca da prática de *diversity washing*.

De encontro com os artigos que trabalham a temática e suas aplicações para a comunidade LGBTQIAP+, muitos deles não abordam questões específicas que relacionem gestão de pessoas e a equidade e igualdade no ambiente corporativo. Sendo assim, apresentam uma abordagem superficial que contempla apenas as mazelas enfrentadas pelos grupos diversos. Em virtude disso, apresentam um foco maior no problema e não na busca de soluções que garantam a integração nos grupos de trabalho. Exemplo disso é o significativo número de artigos que levantam a precarização dos trabalhos enfrentados pela comunidade LGBTQIAP+, que muitas vezes não conseguem ingressar no mercado de trabalho formal e por consequência, se marginalizam na sociedade.

Levantar as dificuldades enfrentadas também é benéfico, quanto mais trabalhado esses temas, maiores são as chances de se obter resultados positivos para os grupos. Entretanto, alguns textos trazem a necessidade de ir além da identificação das problemáticas e compreender quais ações podem contribuir para contornar esses impasses. Sendo assim, o tópico seguinte apresenta a questão da E&D especificamente no meio corporativo, assim, compilou-se diferentes ações abordadas nos artigos e apresentou-se de forma sistemática seguindo o método adotado.

D&I no ambiente corporativo

A participação ativa das empresas, como um agente de transformação, é fundamental para assegurar um ambiente voltado à sensibilização e políticas organizacionais que reforcem os efeitos positivos da diversidade. Com base nisso, algumas ações que relacionam a gestão de pessoas e a comunidade LGBTQIAP+ podem ser observadas no viés empírico.

Inicialmente, as obras reforçam que a implementação de práticas voltadas para a inclusão, como programas de qualificação e treinamento específicos,

além de ações de bem-estar e suporte psicológico pode impactar positivamente nesse objetivo. Também, processos de integração que ofereçam experiências flexíveis, personalizadas e conectadas a oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento de carreira. E sobre esse fator, as equipes diversas precisam enxergar que as oportunidades vão para além da inclusão, mas que também é possível a ocupação de cargos de liderança, onde a gestão inclusiva atua como um fator mediador para a promoção de ambientes de trabalho mais equitativos. Mas para isso, são necessários treinamentos e desenvolvimento de competências de liderança voltadas à diversidade.

Entretanto, diferentes autores destacam que a realização de ações isoladas não é a melhor forma de garantir ganhos para a comunidade LGBTQIAP+. Logo, é necessário a criação de ambientes que promovam inclusão, reduzam discriminação e sejam acolhedores, sendo isso parte da cultura organizacional. No que cabe às políticas e ações de Diversidade e Equidade no ambiente de trabalho, por meio da RSL, foi possível estruturar as principais intervenções organizacionais no Tabela 2.

Tabela 2 - Políticas de gestão de pessoas para a diversidade

Política	Explicação	Ação
Recrutamento inclusivo	Estratégias de recrutamento e seleção que busquem ativamente candidatos de diferentes marcadores de diversidade e durante toda a jornada prévia ao ingresso à empresa.	Cotas
		Parceria com instituições sociais
		Linguagem neutra na divulgação de vagas
		Entrevista em formato híbrido
Treinamento e sensibilização	Programas de capacitação e letramento sobre diversidade e inclusão, fomentando <i>soft skills</i> .	Workshop
		Rodas de conversa
		Palestras

Acessibilidade	Garantir que a organização tem estruturas para atender às limitações físicas ou mentais dos colaboradores.	Rampas de acesso
		Monitores com leitura de tela
		Sinalização visual e em braille
Flexibilidade	Possibilitar diferentes modos de trabalho de acordo com as particularidades dos colaboradores	Flexibilidade para trabalho a distância
		Flexibilidade de carga horária

Fonte: Elaborado com base em Lima *et al.* (2023).

Nota-se após análises que a Gestão de Pessoas já vem aplicando políticas e ações de cunho inclusivo, ora por normativas legais ou por iniciativa própria. Dentre elas, destacam-se: os recrutamentos inclusivos - guiados por normativas que buscam incluir de maneira imparcial diferentes profissionais, seja por meio de cotas, parcerias sociais, dentre outras. No campo do treinamento e sensibilização, os principais achados foram a realização de rodas de conversa e palestras, que apesar do método passivo de participação, conforme os artigos, apresentam resultados promissores quando realizados com frequência. Já sobre acessibilidade, algumas questões destinadas principalmente para Pessoas com Deficiência (PCD) tomam destaque, como as rampas de acesso, acessibilidade para deficientes visuais e auditivos, vista as políticas públicas existentes.

Mas é fundamental desenvolver ações voluntárias e políticas de inclusão de diferentes grupos, com foco em estratégias que vão além da legislação, promovendo uma cultura de inclusão pró-ativa. E por fim, de modo prático no ambiente corporativo, foi levantado sobre a necessidade de flexibilidade, no sentido de dispor alternativas para trabalho para situações de maternidade e paternidade, trabalho de profissionais que conciliam o trabalho com uma rotina de estudos e de formação.

CONCLUSÃO

Ao revisar na literatura as relações entre gestão de pessoas, diversidade e equidade da comunidade LGBTQIAP+ no meio corporativo, alguns resultados importantes foram observados. Dentre esses resultados, destaca-se o papel das organizações como agentes transformadores e capazes de resgatar da marginalização social pessoas que até então não tinham perspectiva de crescimento no trabalho formal. Para que isso ocorra de fato, por meio da RSL pode-se confirmar que diferentes ações precisam ser feitas em paralelo para garantir maior efetividade e não de modo isolado, seja por recrutamento e seleção mais abertos, treinamentos com viés de sensibilização, cumprimento das normativas legais, dentre outros. Tendo em vista isso, compreende-se que o objetivo deste artigo foi atingido.

Paralelamente a isso, algumas delimitações foram consideradas neste artigo, como o período dos artigos estudados, a amostra considerada e a abrangência territorial das publicações, o que dificultou realizar algumas relações mais específicas interligadas com as culturas de cada país, por exemplo. Ademais, durante o processo de seleção dos artigos, alguns textos precisaram ser descartados das análises, pois não trabalhavam especificamente sobre gestão de pessoas, então, fugiam do objetivo deste estudo.

Considerando tais resultados e delimitações, sugere-se a replicação do estudo com outras palavras-chaves nas bases de dados, por exemplo ao esmiuçar para outros grupos sub representados. Também, o estudo pode ser tanto replicado em um período maior como de forma longitudinal para verificar relações específicas para cada época. Esses levantamentos se justificam principalmente ao considerar que a tratativa da diversidade de modo efetivo, ainda, é novidade para muitas empresas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Mario Aquino; GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. A crítica da gestão da diversidade nas organizações. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902004000300003>

ARAGÃO, Paula Balardin Ribeiro. .; CAMPOS, Simone Alves Pacheco; COSTA, Vânia Medianeira Flores; POSSER, Talita Gonçalves. A Institucionalização da diversidade: consciência ou isomorfismo?. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8097432>

BEZERRA, William Coelho Bezerra; LIMA, David Ferreira; OLIVEIRA, Fábio Paulino; LEMOS, Pedro Bruno Silva; MUNIZ, Carlos Alberto; PAIVA, Renato Farias. Gestão da diversidade nas organizações: uma breve revisão bibliográfica. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i11.33610>

BOTELHO, Louise Lira Roedel *et al.* O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e Sociedade, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica en los estudios científicos. Psicologia em Revista, v. 26, n. 1, p. 83-102, 2020.

FERNANDES, Thais; ANDRETTA, Danilo; BERLATO, Heliani. Reflexões sobre as cotas de gênero à luz da teoria crítica feminista de Nancy Fraser. Revista Eletrônica de Administração, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.402.133225>

GOMES, Gisele.; RENNER, Jacinta Sidegum. Diversidade nas organizações: da ação afirmativa para o processo de gestão. Rio de Janeiro: Conhecimento e Diversidade, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18316/rcd.v12i27.6705>

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Mulheres Lésbicas e Bissexuais: Direitos, Saúde e Participação Social. Brasília, 2013.

OLIVEIRA, Thiago Aguilar de; PEREZ-NEBRA, Amália Raquel; TORDERA, Nuria. Práticas de Gestão de Pessoas no Brasil: Uma Revisão Sistemática. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5935/rpot/2022.4.24534>

PASSOS, Vitor Hugo Gomes *et al.* Um Olhar Sobre a Diversidade: Percepção dos Trabalhadores Quanto às Políticas de Diversidade e Inclusão. Rio Grande do Sul: Revista Diálogo, 2024. DOI: <https://dx.doi.org/10.18316/dialogo.vi53.11459>

PEREIRA, Paulo Fernando Soares; ALVES, Felipe Laurêncio de Freitas. A (in)visibilidade institucional das mulheres transexuais e travestis privadas de liberdade: reflexões sobre o poder judiciário. Rio de Janeiro: Revista Quaestio Iuris, 2022. DOI: 10.12957/rqi.2022.64818

SCHEIN, Edgar H. Cultura Organizacional e Liderança. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. E-book. p. 37. ISBN 9786559773626

SGRÓ, João Pedro de Aquino. *et al.* O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E SUA FUNÇÃO DE EQUIPARAR A HOMOFOBIA E A TRANSFOBIA AO CRIME DE RACISMO. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, 2023.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DA INFORMAÇÃO E LEITURA DE CHARGES LGBTQIAPN+

Ana Cleide Patrício de Souza
Doi: 10.48209/978-65-5417-486-3

INTRODUÇÃO

Estamos cercados de maneira incessante com imagens, informações e signos no cotidiano diário. E das muitas transformações que ocorreram, se dão também em relação à sexualidade no cerne da sociedade, cujas relações existentes, quando observadas de forma mais ampla a partir dos sentidos, os fenômenos sociais impactam na sua leitura. No contexto vigente as representações sociais são necessárias por refletirem as lutas, crenças, culturas, sentimentos e valores de grupos sociais, externado de várias formas, inclusive em imagens com linguagem verbal e não verbal.

As mais diversas representações, existem de maneira visual que chama a nossa atenção, com suas cores ou preto e branco, imagens em movimento e estáticas como a charge, elas carregam em si alguma intenção devendo ser interpretado de uma forma onde seja possível a percepção e intenção do autor para chegar ao sentido do mesmo e isso é somado a interação com o leitor. Perceptível na linguagem visual e textual que tem a charge e quando acessamos uma charge é nítida a escolha das cores, elementos e personagens formadas até mesmo suas expressões e narrativas.

No âmbito da Ciência da informação, o termo representar se vincula à organização baseada na descrição do conteúdo de um determinado objeto e imagem tem variadas definições, e são diversificadas as teorias aplicadas na CI, para tratar a informação, e podemos compreendê-la como uma representação de objetos visuais materiais puros ou sincréticos e estilos como: desenhos, gravuras, esculturas, fotografias, imagens cinematográficas, fotográficas, etc.

A “representação da informação é o ato de articular formas de descrição a partir de instrumentos que permitam tornar cognoscível um recurso informacional sem que seja necessário recorrer ao documento original para identificá-lo” (Zafalon, 2012, p. 68). Portanto, consegue-se ter percepções do que está representado no conteúdo imagético. Onde as imagens repletas de significados aquele que analisa também é influenciado por diversos fatores intrínsecos às suas vivências (Santaella e North, 1998).

Na análise de uma charge, podemos questionar: qual o alvo e intenções existem nessa charge? O que o chargista quis informar? E na teoria semiótica, o texto é tudo que tem uma significação, resultante de uma situação comunicativa, essa unidade de sentido é criada por uma ou mais linguagens, onde todos os aspectos internos primeiramente o (conteúdo e enunciação) e posteriormente, os aspectos externos (contexto sócio-histórico). Nesse caso o contexto sócio-histórico está relacionado a ideologia e os valores da época.

O presente estudo foca no contexto de pessoas LGBTQIAPN+ em charges, onde em meio social são cercadas por preconceito, discriminação, violência e exclusão social. É, pois, observando esse contexto, que esta pesquisa será desenvolvida pautando-nos na seguinte questão-problema: como se evidenciam os assuntos que envolvem pessoas LGBTQIAPN+ na sociedade, e as representações se apresentam nas linguagens verbais e não verbais da charge na internet?

Esta pesquisa objetiva compreender os sentidos de como a imagem da pessoa LGBTQIAPN+ e os temas representados na internet. Este estudo, centra-se na abordagem metodológica de caráter qualitativo em linguagens expressadas em charges sob a ótica dos pressupostos Greimasiano, a leitura documental e a análise de charges, a partir da construção dos sentidos.

No que concerne às considerações epistemológicas da semiótica greimasiana, se conecta ao fato “de a semiótica – por sua própria natureza de projeto com (rigorosa) vocação científica, em constante fazer-se envolver em seu desenvolvimento um agir essencialmente epistemológico, o que não a impediu nem impede de ser metodologicamente produtiva” (Sobral, 2009, p. 63). Portanto, compreende-se que a semiótica se configura como um sistema de produção de sentidos.

CHARGE

As charges estão acessíveis na mídia atual, esse tipo de gênero textual transmite variadas informações seja de maneira objetiva ou concisa, assim, se torna uma complexa ferramenta de comunicação e com forte poder de persuasão, podem ser utilizadas para apresentar ou defender uma opinião sobre algum assunto, em sua maioria traduz as críticas político-sociais por meio do humor a respeito de temas diversos acontecimentos do mundo, ideologias ou sistemas.

Charge é o termo utilizado para designar um tipo de texto constituído de desenho e escrita”, e deriva da palavra francesa charge, que significa “carregar”, “exagerar”. É ainda “um gênero textual de uso híbrido das linguagens verbal e imagética, caracterizado pela temporalidade marcada pela sátira e crítica referentes a determinado evento, em geral de natureza política (Gomes, 2013, 2015 e 2020).

A charge, em sua maioria compõe um quadrinho individual e toda imagem contém um cenário, o equilíbrio da composição, a intenção do autor, a combinação e associação dos diversos elementos em cena, é ainda um desenho de humor geralmente ligado à comunicação jornalística. Também proporciona a interpretação da “representação gráfica”, “imagem” e “discurso”, levando a compreender os significados e sentidos diversos na sua leitura (Lefia; Pereira, 2013).

A interação do leitor com a realidade, pois o texto não verbal traz informações atuais, na maioria das vezes de forma crítica e irônica, ligadas ao humor e, por isso, torna a leitura prazerosa para o interlocutor e o faz refletir a respeito da situação retratada. Onde o chargista ou cartunista conta com a “cumplicidade” de seus leitores por realizarem a leitura e ter a “capacidade de captar o ponto de vista e teor crítico que pretendeu-se passar através do ponto da sua ilustração” com exagero, ironia e informação e dependendo do objetivo que a charge se propõe a transmitir ou atingir algo ou alguma coisa (Figueiredo, 2011).

A charge pode ser analisada como um documento, uma espécie de registro que aborda conceitos e com um conteúdo imagético, entre os pesquisadores que estudam essa modalidade discursiva. Apesar dos mais diversos estudos, ainda se encontra dificuldade para definir a charge e o cartum, visto que ambos gêneros se tratam de histórias em quadrinhos (Ramos, 2009, Pavarina, 2021). Assim, ao tratar uma charge, a leitura é primordial para que haja a compreensão e o processamento do sentido no texto. Dessa forma o analista ao fazer as observações e reflexões necessária e pode desenvolver, emitir opiniões, ou ideias, melhorando a compreensão do mundo e da realidade.

LGBTQIAPN+

A sigla que abrange um espectro de identidades de gênero e orientações sexuais que são frequentemente marginalizadas ou excluídos da representatividade na sociedade, uma diversidade de identidades um aspecto fundamental da sociedade contemporânea, abrangidos pela sigla como: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, (LGBTQIA+) e outras subculturas reunidas por culturas comuns e por movimentos sociais. Assim, todas áreas do conhecimento devem refletir e representar essa diversidade.

No manual de Comunicação o símbolo + diz respeito à inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero (Reis, 2018, p.13). A internet ela se destaca pela interseção entre colaboração, usuário(a) e contexto social. Isso ocorre através do fluxo que gera novas possibilidades com a participação ativa dos(as) sujeitos(as) como protagonista social no arranjo da produção, organização, representação, disseminação, acesso e uso da informação.

Neste sentido, entender o contexto histórico e social das identidades LGBTQIAPN+ é crucial para garantir que a representação dessas comunidades seja justa e precisa. “A representação mediática e informacional das minorias sexuais e de gênero desempenha um papel significativo na formação das atitudes e percepções do público em relação a essas comunidades” (Sieber, 2002).

É importante considerar também a natureza fluida e complexa dessas identidades. E nos ambientes onde o profissional da informação, em seus

processos como a realização da catalogação e classificação de materiais relacionados para o acervo bibliográfico precisam observar as questões de gênero e sexualidade precisam levar em conta a multiplicidade de identidades e experiências vivenciadas por pessoas LGBTQIAPN+ (Drabinski, 2013).

Desse modo, a acessibilidade e disseminação de informações precisas e inclusivas sobre questões LGBTQIAPN+QUIA são essenciais e necessárias para o avanço dos direitos humanos, promoção da igualdade e demais pautas políticas, culturais e sociais como um todo onde a informação desempenha um papel crucial e necessário na luta contra a discriminação promovendo a inclusão de minorias sexuais e de gênero. É importante salientar que os profissionais da área estejam atentos e engajados na promoção da diversidade e inclusão.

METODOLOGIA

A pesquisa de cunho qualitativo, descritivo e bibliográfico, para a coleta de dados realizou-se uma pesquisa na internet, sem determinar período específico onde foi empregado para buscas termos “charge” “LGBT”, “charge LGBT”, “charge e linguagem” “Religião gay”, “charge e morte lgbt” em pesquisas no Google resultando em aproximadamente 250 resultados, dos quais foram retiradas apenas 7 charges para o artigo.

Os critérios de inserção para a seleção da análise foram: imagem de chargistas brasileiros sem determinar período, mas, relacionados à temática. Como método de análise dos dados, usamos percurso gerativo dos sentidos aplicado as charges selecionadas. Este estudo, centra-se na abordagem metodológica de caráter qualitativo que “além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação” (Minayo, 2010, p.21).

Para realizar a leitura dos sentidos das charges selecionadas como corpus do estudo e utilizou-se a teoria semiótica Greimasiana, por fornecer recursos, técnicas e práticas anteriores eficazes para a descoberta das significações nos níveis fundamentais, narrativos e discursivos.

Para as categorias de análise aplicou-se o plano textual global – analisamos os Balões, Personagens, Tema polêmico, Linguagem não verbal, Cores, caricaturas e desenhos, no discurso predominante Discurso interativo – analisamos o texto expositivo-argumentativo: presenças do produtor e público-alvo dêiticos temporais e espaciais e os mecanismos enunciativos Humor: onde as críticas se faz através do riso ou Ironia, onde é dito o contrário daquilo que se pensa e ainda a expressões de duplo sentido ambíguas).

Optamos por explorar alguns elementos específicos como: elementos visuais (cores), porém, o foco maior se deu nos elementos contextuais que envolvem (os cenários e personagens), cuja narrativa apresenta uma narrativa por vezes implícitas, visto que texto da charge se caracteriza objetivamente com ironia e humor possibilitando assim a construção dos efeitos de sentido.

A teoria semiótica contempla todos os estilos e representações simbólicas, sendo elas puras ou sincréticas: desenho, escultura, canção, pintura, entre outras, e para ela não importa o suporte ou plano de expressão do sentido. Mouco (2007), ressalta que no texto temático (conceitual), busca explicar “suas verdades através de termos abstratos” e os textos figurativos investem significados nas figuras existentes “do mundo natural simulam suas verdades por meio de imagens concretas” (Mouco, 2007, p.8).

Os temas e figuras aparecem na trama dos textos e requerem diferentes estratégias de leitura. Os temáticos remetem à necessidade de exemplificações e os figurativos pressupõem um levantamento dos temas investidos nas figuras. Os percursos temáticos e figurativos são compostos de vários temas parciais que levam ao tema central do texto. A constância na recorrência e reiteração de temas ou de figuras é chamada de isotopia (coerência textual) a quebra da coerência figurativa produz uma inverossimilhança no texto.

A respeito do percurso gerativo de sentido Fiorin (2006) discorre que é uma sucessão de níveis e cada qual é capaz de receber uma descrição adequada, que apresenta como produz e se interpreta o sentido, na ação que varia do nível mais simples até o nível mais complexo, ou seja, [...] em cada um deles existe um componente sintático e um componente semântico (Fiorin, 2006, p.20), visto que “Um texto reveste-se de temas e figuras como procedimento

semântico do discurso, e pode ser mais abstrato ou mais concreto” (Mouco, 2007, p.8).

Diante desse pressuposto, considera-se a semiótica como uma metodologia, dado que mediante a análise sintático-semântica, permite nos conduzir o percurso através dos sentidos naquilo que está “implícito” no conteúdo textual, onde informações e traços ao analista investigador que através da leitura extrai as reais intenções do enunciador, no caso o chargista que as incluiu no texto sincrético.

Ao ocorrer uma interação com a imagem existente na linguagem seja visual ou textual, possibilita o emissor de alguma forma tentar seduzir o leitor enunciatário acreditar no que se apresenta, onde tal mecanismo como resultado poderá agir sobre o mesmo e até modificar suas crenças. Observa que essa forma de análise não inicia e não evidencia o contexto de produção textual, muito menos a vida de quem a produziu, o que se refere de fato são os efeitos de sentido e recurso de produção que busca persuadir quem recebe a mensagem.

A charge faz parte das manifestações sincréticas, por juntar o verbal e o visual. Cujo plano sobrepõe a outro, onde o desenho contém a mensagem principal, complementada pelos dizeres verbais, em sua maioria uma pequena frase que sintetiza ou interroga o interlocutor sobre o fato que foi chargeado.

De acordo com Fiorin, (2008), a teoria Greimasiana considera o texto como uma unidade passível de análise, a semiótica tem como objetivo, portanto, descrever como o texto diz o que diz, ou seja, seus mecanismos internos de agenciamento para a “construção de sentido” (Fiorin, 2006).

Desta maneira, os sentidos do texto são construídos seguindo a teoria realizada pela análise do plano de expressão e do plano de conteúdo, se realiza a partir de três níveis

O primeiro nível fundamental- Nesse nível, surge a significação como uma oposição semântica mínima, aquilo que é abstrato. Na segunda etapa, a do nível narrativo, a narrativa é organizada do ponto de vista do sujeito, que opera um fazer transformador que age no e sobre o mundo em busca dos valores e ideologias investidos nos objetos. O terceiro nível é o do discurso, assumido pelo sujeito da enunciação para a leitura de um texto (Fiorin, 2006, p.22)

Mouco (2007, p.7) expõe que na teoria semiótica:

[...] texto é tudo aquilo que possui significação. Um texto é produto de uma situação comunicativa, é uma unidade de sentido produzida por uma ou mais linguagens. Ele deve ser tomado em seus aspectos internos (conteúdo e enunciação) em primeiro lugar e depois, os aspectos externos (contexto sócio-histórico).

Assentado nessas considerações, o estudo aborda os procedimentos de construção do sentido em charges. A primeira abordagem explicitará o referencial que embasa a aplicação desta teoria, até a descrição das atividades e os resultados obtidos na referida aplicação.

A análise de charge LGBTQIAPN+ baseado no percurso gerativo de Greimas¹ com a aplicação na análise de charges relacionadas à comunidade LGBTQIAPN+. Nesse sentido, ao aplicar esse modelo, objetivamos a identificação e a maneira como as representações e seus significados são construídos. Aplicando o percurso gerativo de Greimas à análise de charges LGBTQIAPN+, é possível entender de maneira profunda como são alguns discursos e representações sobre a comunidade LGBTQIAPN+ são construídos e codificados, contribuindo para uma reflexão crítica sobre as narrativas e simbolismos presentes.

Dessa maneira, produz sentidos, construindo um objeto de significação e construindo relação com os objetos culturais, por estar inserido em uma sociedade, em um certo momento histórico. Podendo ser um texto linguístico, oral ou escrito, um texto visual ou gestual, ou um texto que utiliza ambas as expressões.

ANÁLISES E RESULTADOS

Apresentamos respectivamente como podemos identificar como os elementos visuais, nas figuras, observando a composição da figura 1 – Na análise do texto visual que apresenta um cemitério com lápides coloridas que representam a comunidade e simbolizam as cores da bandeira LGBTQIAPN+.

¹ O percurso gerativo é um modelo que possibilita a analisar a significação de um texto, identificando as relações entre as diferentes categorias semânticas existentes nele.

Figura 1- Cemitério arco-íris



Fonte: SINDSEF (2023)

A análise da figura 1 - No plano textual global – Na parte superior uma frase escrita em letras brancas dizendo: “E o cemitério do arco-íris ganha um morador a cada 28 horas”, no cenário composto por um cemitério vasto chão em cor verde, em destaque, quatro lápides da esquerda para a direita na lápide vermelha “vítima do ódio aos 25 anos”, na lápide amarelas “vítima do ódio aos 40 anos”, na lápide azul “vítima do ódio aos 33 anos” e na lápide roxa “vítima do ódio aos 46 anos” algumas flores copo de leite! Próxima a cada uma delas, ao lado a assinatura do chargista Que Mário e o ano da produção da charge 2014.

Outras mais lápides com as mesmas cores citadas e outras em cor verde e laranja, cores simbolicamente utilizadas por militantes, inclusive em sua bandeira. Nas cores dos elementos presentes no cenário contribuem para a construção e reforço de significados associados à comunidade LGBTQIAPN+, como o arco-íris, a bandeira conhecida por compor as cores bandeira do orgulho gay, um símbolo da comunidade e do movimento e conhecida universalmente.

No discurso interativo com o texto expositivo, predomina a violência contra pessoas LGBTQIAPN+ e as idades das pessoas nas lápides direciona ao tempo recente. E o mecanismo enunciativo é a ironia, por utilizar o cemitério por ser colorido, algo natural em relação as mortes. Tema: Morte. Violência.

Como efeito de sentido podemos pontuar a violência já que a charge informa que diariamente morre uma pessoa LGBTQIAPN+ no país a cada 28 horas, atualmente a [...] população LGBT é o principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais no Brasil e é preciso além de denunciar a violência, explicitar a necessidade de políticas públicas e legislações focadas para

contribuir com a redução desses homicídios. E esses elementos apontam na charge, tanto a interlocução textual quanto a intenção do chargista.

Figura 2 - No plano textual global o chargista faz uso dos balões, dois personagens e o tema polêmico. Percebe-se que um líder religioso vestido em roupa social cor azul claro e calça branca que aparenta uma pureza, coloca a mão em sua testa do fiel que veste uma camisa cor de rosa, cor que por muito tempo se relacionou ao gênero feminino e grita “*Cura esse Gay agora!*”

Figura 2 - Cura gay e religião



Fonte: Latuff Cartoons

O fiel com os braços cruzados sobre o peito e olhos fechados escuta o pedido intercedido por ele o “cristão”, muito embora no texto em um balão que sugere seu pensamento interno, o religioso usando o mecanismo de ambiguidade e diz: “*Hummmmm! Que gatinho!*” um discurso expositivo que predomina é para o público alvo ele direciona a sua ordem, muito embora o seu mecanismo enunciativo que carrega uma ironia.

No Brasil, temos uma representação religiosa formada em sua maioria por cristãos, evangélicos ou católicos, e essas práticas seguem “preceitos religiosos seguindo um padrão comportamental “santificado”, “certinho” ou “moralmente aceitável” dentro de uma “norma padrão” da “cisheteronormatividade”, onde qualquer outra orientação sexual que seja oposta é considerada como “pecado”, ou seja, outras tipologias de sexualidades são marginalizadas e doentias” (Oliveira, Batista e Cardoso, 2024, p. 2).

Apesar dos muitos movimentos, o número de fundamentalistas no Brasil cresce de maneira exponencial ao longo dos anos, com o objetivo de impor na

sociedade suas crenças e ideologias religiosas, tentando claramente combater a diversidade peculiar da coletividade humana (Oliveira, 2021).

Ainda assim, as instituições e alguns líderes religiosos usam suas carregadas de opressão e preconceito com o público LGBTQIAP+, ampliando através da comunicação em massa, situações que consideram novamente a homossexualidade como uma patologia e colocando-a numa condição que tem “cura” através de uma “terapia de conversão” ou “uma lavagem cerebral”. Bem recentemente no cenário político houve “fake news” foram espalhadas “em torno do “kit gay”, o bastante para incendiar pessoas e “militantes bolsonaristas”, em suas redes sociais, além de usar discursos reiterando tais questões, “discursos homofóbicos” proferidos “pelo ex-presidente” e “antigo deputado” alimentando todo um país com ódio, intolerância, aversão, discriminação, preconceito entre outros em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero, políticos religiosos que deixam claro as suas ideologias

Conforme a figura 3 - No plano textual global, a charge apresenta balões, personagens, tema polêmico, linguagem verbal e não verbal, cor em diferentes tons de azul, desenhos caricatos.

Figura 3 - Bial do Livro



Fonte: Folha de São Paulo (2019).

No discurso predominante interativo cujo texto expõe o argumento do personagem que representa o Crivella, solicita para a um duplas de trabalhadores supostamente da prefeitura do Rio de Janeiro dizendo: “Tira esse “B” e põe “Hétero”!”, no mecanismo enunciativo um humor. Tema: Diversidade de Gênero e Homofobia.

A charge inspirada no acontecido na Bienal do Livro realizada em 2019, ameaçou, cujo prefeito ameaçou recolher os exemplares do “romance gráfico de Vingadores, a cruzada das crianças”, fato ocorrido numa quinta-feira e no dia seguinte a ameaça de recolhimento cujas as obras na opinião de Crivella que defendia retiradas do romance dos stands de vendas.

A força das pessoas que adquiram as obras, fez efeito contrário o que supostamente seria reprimido, ganhou força e as obras foram esgotadas em meia hora de evento, nem a justiça e nem a OAB a época não encontrou nenhum conteúdo em “desacordo com a legislação” ou que eram “impróprios”, muito embora a Bienal recorreu à justiça se manifestando contra a retirada dos livros “que dá voz a todos os públicos”.

Outro político que atua contra a diversidade é o norte americano Donald Trump, que decretou reconhecer apenas “os gêneros masculino e feminino que consideram inalteráveis” falou em seu discurso. Um dia depois da sua declaração e discurso de posse, também assinou decretos para reprimir os imigrantes.

No sermão realizado pela bispa episcopal Mariann Edgar Budde, que apelou para proteger os imigrantes e respeitar os direitos dos homossexuais, do púlpito foi firme e pediu: “[...] tenha “misericórdia das pessoas! Há crianças, gays, lésbicas e transgêneros em famílias democratas, republicanas e independentes, algumas que temem por suas vidas” (CNN, 2025). Assim, os políticos cristãos Crivella e Trump, religiosos tem incomum o discurso religioso e homofóbico contra as pessoas LGBTQIAP+.

Na figura 4 – No plano textual global, o chargista faz uso de balões, personagem, tema polêmico, linguagem verbal e não verbal, cores e caricatura. Na linguagem verbal apresentada em dois balões, uma com a fala do Papa Francisco que aparece numa tela e dizendo: *A igreja não deve intervir na vida dos gays*, baseada no discurso apresentado e, defesa da diversidade.

Como resposta a personagem uma travesti vestida com de blusa pink, saia roxa, botas e bolsa vermelha, com uma maquiagem e adereços, responde Te amo, Chiquinha! Santidade! Iluminada! Poderosa!

Figura 4 – Papa Francisco e Trans



Fonte: Nani humor (2013)

Em discurso é interativo com texto exposto dêitico temporal linguagem utilizada pelo chargista para atingir seu objetivo cujo mecanismo enunciativo é o humor. Tema: Religião. Temática: Discurso Religioso. Em outro aspecto de análise do ponto de vista da personagem trans ela transborda de maneira efusiva a sua linguagem cotidiana, culturalmente usada no seu ambiente. Muito embora tratar o Papa com gênero feminino ao mesmo tempo celebra no discurso e também o desrespeita, ao colocá-lo o na condição contrária do seu gênero que é o masculino.

As linguagens expressas na charge demarcam uma situação relacionadas a pessoa trans, muito embora a personagem usa o gênero, de forma “depreciativa”, já que a figura do Papa na sociedade é santificada pelos religiosos católicos, podendo contribuir ampliar críticas, hostilidade e distanciar pessoas por não compreenderem o discurso da charge e também pode reforçar a “discriminação e a violência verbal, sexual, psicológica, desprezo, isolamento, invisibilidade, negação de direitos, humilhação, perseguição, chantagem [...]” (Santos et.al, 2002, p.6).

Na Figura 5 - Apresenta no seu plano textual global um cenário composto por personagens, balões, tema polêmico, linguagem não verbal, cores e desenhos. Na cena que totaliza quatro personagens, onde dois homens se beijam e são observados por duas idosas que dialogam entre si análise da linguagem não verbal na sala próximo deles na parede consta um quadro de um casal que também se beija.

Figura 5- Beijo Gay



Fonte: GNZ (2015)

Uma das idosa chama-se Mirtes, e em tom contundente fala: “Beijo gay! Pouca vergonha”!. Imediatamente é corrigida pela outra idosa que diz: Deixa beijar, Mirtes! Pouca vergonha é isso! A charge apresenta um discurso que argumentado de forma repressora e outro de aceitação no caso pela segunda idosa. Para algumas pessoas, a repressão ocorre em virtude de suas crenças e valores, muito embora a aceitação é uma forma de compreensão da realidade em tempo atual ou outro tempo, como mecanismo enunciativo com humor relacionando-o ao “beijo”, revelando a representação dessa temática, Homossexualidade”.

Santos et. al (2022, p.3), ressalta que: “o preconceito contra a sexualidade é histórico, enraizado socialmente e internalizado ideologicamente, muitas vezes, de modo perverso, até por lésbicas, gays, travestis, transexuais e bissexuais. Percebe-se a crítica à sexualidade e ao comportamento em público que ocorre na sociedade entre pessoas do mesmo gênero, como: “o preconceito, a difamação, a proibição a entrada e/ou permanência em estabelecimento público ou privado, a proibição da união entre parceiros homoafetivos ou a demonstração de carinho em público” [...] (Santos et.al, 2002, p.6).

Analisando o quadro que está na parede citado anteriormente, no qual não define se o casal formado por um homem e uma mulher ou duas mulheres que se beijam, podendo até mesmo representar as duas senhoras na juventude, que escondiam seu relacionamento publicamente, diferente do casal de homens

que se beijam apaixonados e o coração representa esse sentimento. Pensando no que Mirtes expõe “feio é isso”, relativo ao comentário da primeira senhora que julga o casal gay, enquanto a Televisão, destaca um assunto mais importante para que ela pudesse se preocupar “corrupção”.

Conforme Toitio (2019), no governo Bolsonaro, a partir de 2018, muitos processos formam recuados e dos avanços nas conquistas pararam até mesmo o próprio Executivo acabou por se tornar o principal inimigo da luta pela diversidade sexual e de gênero. O Jair Bolsonaro “encontrou na militância contra as políticas e os direitos LGBT’s” o caminho para obter sua “visibilidade política” (Toitio, 2019)

Antes conhecido defensor da ditadura militar fez “apologia à violência e à violação dos direitos humanos, mas foi no enfrentamento às políticas LGBT’s, desenvolvidas a partir do governo Lula, aumentando assim a sua base eleitoral”. “A sociabilidade vigente alimenta a reprodução desta forma de opressão. (Santos et. al., 2022, p.3).

Nesse contexto, o discurso presente na charge é interativo, pela relação com o seu interlocutor através de uma exposição interativa. E os seus elementos remetem aos agentes situam o texto no tempo e espaço. O que fica como percurso do sentido é o preconceito e charge pode ser lida como uma crítica tanto social quanto política.

Na Figura 6- A charge utiliza em tom de ironia e crítica cuja ambiguidade cuja (expressão “travessa” da menina, a palavra “amiga” entre aspas) indicando ironia para mostrar que, às vezes, os filhos mentem. Percebe-se que um dos personagens salienta a “linguagem neutra” de maneira irônica.

Na figura 6 – Comunicação neutra



Fonte: Divi News (2018)

Na charge pelas expressões do homem fala de forma crítica e irônica pontuando que caiu essa linguagem no ENEM. Seria uma prática machista e desrespeitosa direcionada as mulheres, sem sofrerem maiores repressões, como ocorre com as travestis, que sofrem com preconceito e violência quase que o ano todo, por terem essa performática “transgressora” presente em suas vidas.

Na linguagem Pajubá, quando alguém chama a mulher de “amapoa” está direcionando à sua identidade de gênero, feminino, mulher e amapoa é bastante utilizada como linguagem na comunidade LGBT principalmente na zona da mata alagoana (Santos, Nascimento Júnior e Dias, 2021, p.50). No mesmo texto ele cita “desaquendar” significa a depender do contexto significa “ir embora. Sair do lugar onde não se quer estar (Mueller, 2016, p.40),

Desse modo, os elementos que marcam o discurso interativo são: O homem, a mulher e o menino que apresenta um assunto da atualidade que envolve a linguagem. “Bafão”, “Mona”, “gente penosa” e outro tipo de linguagem “caô”.

A linguagem utilizada não apenas o dialeto Pajubá cuja linguagem popular é constituída da inserção em línguas portuguesa de com inúmeras “palavras e expressões provenientes de línguas africanas ocidentais, bastante utilizada pelo povo conhecido como pai de santo, praticantes de religiões

afro-brasileiras - como candomblé” (Santos, Nascimento Júnior e Dias, 2021, p.50). Por muito tempo a homossexualidade foi vista como um desvio patológico um distúrbio de origem biológica, genética ou até mesmo psíquica, resultando um forte aprisionamento das subjetividades LGBTQIAP+.

No trabalho intitulado “Esse ano eu não morro?” crimes de ódio: a LGBTfobia no Brasil dos autores, Santos et. al (2022, p.4), citaram as diferentes formas de manifestação da LGBTfobia existentes:

[...] o que atinge essas pessoas da maneira mais voraz é a violência física: bater; praticar lesões corporais; torturar; e matar. Cabe enfatizar que entre a população LGBT, a que mais sofre em relação à perda da vida é o público transexual, no qual em 2021 tivemos pelo menos cento e quarenta assassinatos de pessoas trans no país, além do fato de mais de 80% das vítimas serem pretas ou pardas (Santos et.al, 2002, p.6)

Os anos 80, foi um período “inúmeros adoecimentos tanto psíquicos como físicos para pessoas LGBTQIAP+ que contraíram o vírus da AIDS, muitas delas sofreram “abandono familiar, repressão da sociedade e recusa dos profissionais de saúde em atender essas pessoas (Da Trindade, 2019). E a linguagem neutra de gênero firma uma tentativa de comunicação “de maneira a não demarcar gênero no discurso linguístico, a fim de incluir todos os indivíduos” (CAÊ, 2020).

Nas charges analisadas os vários elementos apontam e marcam o discurso interativo. Aplicado tais conceitos na análise das charges apresentadas, pode se ler muito mais do que está exposto nas imagens e palavras, consolidada no conhecimento adquirido sobre representação da informação imagética.

Os resultados conferem que as representações apresentadas nas linguagens verbais e não verbais da charge na internet, apesar da ironia e humor (mesmo ao tratar temas difíceis) como: Discriminação, homofobia, discriminação, preconceito, linguagem neutra, discurso religioso e morte de pessoas LGBTQIAPN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do contexto da comunidade LGBTQIAPN+, percebe-se que as charges abordam muitas questões referentes à estereótipos, homofobia, lutas sociais, identidade de gênero, orientação sexual, violência cuja análise semiótica, colaborou identificar como essas questões são construídas, e o contexto, discursos sócio-histórico e ou políticos que entrelaçam e aparecem. entre os elementos existentes nas mesmas que colabora com essa compreensão.

Desta forma, os discursos dialogam e situam o leitor e as relações de sentido contidas. Podemos perceber a complexidade para realizar a leitura e a análise da charge, por exigir conhecimentos prévios para que o mesmo possa concordar ou não da crítica exposta na mesma, despertando um olhar para a realidade na qual o sujeito está inserido no meio social onde vive com suas subjetividades para aplicar essa prática reque tal compreensão, por formar uma opinião. Conclui-se que a análise empreendida contribuiu para revelar argumentos persuasivos criados a partir de outros discursos em determinado momento histórico, a utilização de termos discriminatórios, violentos, debochados que afetam essas pessoas e todas as duas subjetividades.

REFERÊNCIAS

CAÊ, G. **Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341736329_Manual_para_o_uso_da_linguagem_neutra_em_Lingua_Portuguesa. Acesso em: 15 de janeiro de 2025.

BAPTISTA, R.S.; FRANÇA, I. S. X.; PAGLIUCA, L. M. Política de inclusão do portador de deficiência. **Acta Paul Enferm.** Campina Grande, v. 1, n. 21, p. 112-116, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/apv/v21n1/pt_17.pdf. Acesso em 14 fev.2025.

BATISTA, S. M.; FRANÇA, R. M. Família de pessoas com deficiência desafios e superação. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**. Florianópolis, v. 3, n. 10, p. 117-121, 2007. Disponível em: Acesso em 14 fev. 2025.

DIVI NEWS. **Charge:** prova do Enem tem questão sobre linguagem gay. <https://divinews.com/2018/11/06/charge-prova-do-enem-tem-questao-sobre-linguagem-gay/>. 2018. Disponível em: Acesso em 17 fev. 2025.

DRABINSKI, E. Queering the Catalog: Queer Theory and the Politics of Correction. **Library Trends**, v.22, n.4, 2013 p. 378-386.

FIGUEIREDO, D. de O. **Humor e Resistência:** as possibilidades políticas do humor nas charges do jornal O Pasquim. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Como as histórias em quadrinhos se tornaram um bode expiatório da classe política.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/como-as-historias-em-quadrinhos-se-tornaram-um-bode-expiatorio-da-classe-politica.shtml>. 15 de janeiro de 2025.

G1. **Livro que Crivella mandou recolher se esgota na bienal do livro do Rio.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/06/livro-que-crivella-mandou-recolher-se-esgota-na-bienal-do-livro-do-rio.ghtml>. 15 de janeiro de 2025.

GZH. **Beijo gay pouca vergonha.** Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2015/04/iotti-beijo-gay-pouca-vergonha-4730831.html>. Acesso em: 15 de janeiro de 2025.

LATUFF CARTOONS. **Charge cura gay.** Disponível em: <https://latuffcartoons.wordpress.com/tag/charge/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2025.

MOUCO, M. A. T.; GREGÓRIO, M.R. **Leitura, Análise e Interpretação de Charges com Fundamentos na Teoria Semiótica.** 2007. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_maria_aparecida_tavares.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2025.

NANI HUMOR. **O Papa Francisco a favor dos gays.** Disponível em: <http://www.nanihumor.com/2013/09/o-papa-francisco-favor-dos-gays.html>. Acesso em: 15 de janeiro.

OLIVEIRA, M.E. G. de Oliveira, BATISTA, K. P. B.; CARDOSO, D. S. Discurso religioso e seu impacto na saúde mental da comunidade LGBTQIAP+. v. 6, n. 2, 2024: **I INOVAEDUC:** Inovação, Educação e Sustentabilidade Social no Vale do Salgado /Disponível em: <https://rec.univs.edu.br/index.php/rec/article/view/373>. Acesso em: 15 de janeiro de 2025.

REIS, T., **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2.ed. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

RODRIGUES, R. de C.C. **De Daniele a Chrysóstomo: Quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2012.

SIEBER, J. G. Reporting of Sexual Orientation in the Mass Media. **Journal of Homosexuality**, v.42, n.4. p. 123-132. 2002.

SINDSEF.**Especial contra a Lgbtfobia**. 2023. Disponível em: <https://www.sindsef-sp.org.br/28j-especial-contra-lgbtobia/>

SINGH, V. Information and Action in the Social and Economic Inclusion of the Sexually Marginalized. *Economic and Political Weekly*, 2008, n. 43, v.40, p. 77-82.

SANTOS, T.A.A. dos, SANTANA, P.C.G.B.B. PICOLI, P.S., SATO, C.S. Esse ano eu não morro?” crimes de ódio: a LGBTfobia no Brasil In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS de 2022.

SANTOS, R. P. dos; NASCIMENTO JUNIOR, J. M.M. do E DIAS, M. **Dialeto Lgbt, As Linguagens, como chama, como funciona como um Instrumento Linguístico-cultural**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV151_MD1_SA107_ID2486_29072021212623.pdf

SOUZA, S. M. C. de. A inclusão escolar e suas implicações sociais. **Rev. Educ. Cogeime**. São Paulo, v. 11, n. 21, p. 9-16, 2002. Disponível em . Acesso em 18 jan. 2024.

TOITIO, D. R. A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado capitalista – o que a atual crise política tem a nos ensinar? **Revista Margem Esquerda**, v. 33. São Paulo: Boi tempo.2019.

CAPÍTULO 4

REPRESENTAÇÕES ENTRE A DOR E O DITO NA CENA DISCURSIVA DE “BR TRANS”

Jumael dos Santos Silva Filho

Icléia Caires Moreira

Doi: 10.48209/978-65-5417-486-4

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo objetiva, de forma geral, problematizar a construção discursiva de identidades *trans/travestis* femininas, no roteiro da peça “BR Trans” (Pereira, 2016). Neste sentido, especificamente interessa-nos: examinar as representações emergentes na obra em busca das regularidades que auxiliam na formação da identidade destes sujeitos marcada pela exclusão; investigar, através da materialidade linguística eleita, como as personagens desconstroem representações de gênero, histórico-socialmente cristalizadas; além de identificar as dinâmicas de poder e saber do contexto de gênero, que emergem do/no discurso do roteiro.

Desse modo, partimos da hipótese de que a obra atua como um dispositivo de (d)enúncia da exclusão das identidades *trans* femininas (Transsexuais/Travestis), que estão cristalizadas na sociedade brasileira. Nesse contexto, é importante distinguir noção de transexualidade e de travestilidade, mesmo que ambas (co)existam uma na outra e a partir da outra e signifiquem em simultaneidade dentro do bojo social.

Para Nascimento (2021), a transexualidade se refere a sujeitos cujas identidades de gênero não coincidem com o sexo, anatômico/fisiologicamente, designado no nascimento e que visam fazer a transição para o gênero com o qual se reconhecem, o que pode envolver intervenções médicas, como cirurgias de redesignação sexual e/ou tratamentos hormonais, embora nem todos os transexuais optem por tais procedimentos. Isso posto, a travestilida-

de é compreendida como a forma que as pessoas que se identificam com expressões de gênero que vão além das categorias convencionais de “homem” ou “mulher”, desafiando as normas cisheteronormativas em circulação no/pelo CISTema (Nascimento, 2021). Sob este prisma, salientamos que, historicamente, essa terminologia carrega uma carga pejorativa, pois era e (ainda é) atribuída a pessoas vulnerabilizadas socialmente, pela sua identidade de gênero, muitas vezes, relegadas discriminação, que, em grande medida, as destinam à prostituição e à marginalização de diversas ordens. Assim, esse termo é perpassado por preconceitos, apesar das lutas voltadas para a desconstrução (Coracini, 2007) dos efeitos de sentido que dele emergem.

Essa carga pejorativa tem sido (des/re)construída, ao longo das últimas décadas, por pessoas que possuem o lugar de fala, enquanto subjetividade/identidade *trans*, como, por exemplo, Letícia Nascimento (2021), pesquisadora na área, que pontua a necessidade de se entender a travestilidade não vinculada à prostituição/marginalização, mas como uma identidade, uma denominação de um coletivo social merecedor de respeito, devido ao seu caráter político em termos de resistência às normas de gênero impostas como padrão (Foucault, 2001).

Dessa maneira, podemos observar a ampliação de espaços de aliança entre travestis e transexuais, nos quais uma identidade coexiste e se articula na/pela/com a outra. Conforme Nascimento (2021), essa aproximação é resultado de determinadas conjunturas sociopolíticas contemporâneas voltadas à luta contra o preconceito. Um exemplo disso é a categoria “transvestigênera”, conforme descrita na LGBTQIA+ WIKI (2025), noção que foi cunhada pelas ativistas Indianare Siqueira¹ e Erika Hilton².

1 Um dos expoentes mais importantes da comunidade LGBTQIA+ do Brasil, Indianare Siqueira é ativista *trans*, fundadora do CasaNem, um dos espaços que é referência nacional acerca do acolhimento de *trans*/travestis em situação de vulnerabilidade social, desde 2016, fazendo esses corpos dissidentes saírem das ruas e terem um local que possa chamar de “casa”. (Muniz, 2024).

2 Erika Santos Silva, também conhecida como Erika Hilton, é uma política, ativista brasileira. Deputada federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), É a primeira deputada *trans* negra na história do Brasil a ocupar uma cadeira no Congresso Nacional, e preocupada com várias causas, com destaque para as relacionadas aos direitos de pessoas negras e LGBTQIAPN+(Du-rães, 2022).

Nascimento (2021) assinala que noção de “transvestigênera” propõe uma forma mais inclusiva de nomear e reconhecer as identidades dissidentes de gênero — incluindo travestis, homens e mulheres *trans*, pessoas não binárias e aquelas que não se encaixam na lógica do que se tem chamado de “CISistema-mundo”. Tal expressão, que alude à crítica de Grada Kilomba, Quijano e Grosfoguel sobre os sistemas de dominação, é explicada por Vergueiro (2015) como resultado da aglutinação entre “cisgênero” e “sistema”, revelando um regime que impõe normatividades cisgêneras como universais e obrigatórias.

Nesse sentido, torna-se necessário também explicitar o conceito de cisheteronormatividade, a partir de Rosa (2020) como um conjunto normativo composto por reforços e punições institucionalmente sustentados. Esse regime se organiza via três pilares: o “cis”, que se refere à identificação de uma pessoa com o gênero atribuído ao nascer; o “hetero”, relacionado à atração por pessoas do gênero oposto; e a “normatividade”, entendida como um conjunto de regras que molda e regula os comportamentos socialmente aceitáveis. Assim, o termo impõe um padrão de identidade/sexualidade que marginaliza aqueles que escapam ao binarismo ou não se alinham ao emparelhamento entre sexo biológico, gênero e desejo heterossexual.

Portanto, esse sistema opera por meio de discursos, instituições e dispositivos que reiteram e naturalizam a hierarquia de gênero/sexualidade, promovendo a exclusão de sujeitos dissidentes. Os efeitos dessa estrutura reguladora se fazem sentir em diversos espaços sociais — da família à escola, do cotidiano ao mercado de trabalho. Assim, é possível articular Foucault (2003), ao entendermos que os processos de inferiorização ou supremacia no campo da sexualidade são construções históricas, atravessadas por relações de poder e por um olhar normativo que atribui sentido às identidades conforme uma lógica hegemônica.

Nesta esteira, este estudo se organiza teórico-metodológica transdisciplinarmente (Coracini, 2010), para analisar um recorte discursivo da peça “BR Trans” (Pereira, 2016), valendo-se dos preceitos da Análise do Discurso de origem francesa (AD) (Orlandi, 2013; Pêcheux, 1983), a perspectiva discursivo-desconstrutiva (Coracini, 2007; Moreira, 2020), a arqueogenealogia fou-

caultiana (Foucault, 2001; 2003, 2008a; 2008b; 2013) e os estudos de gênero (Butler, 2003; 2019; Nascimento, 2021; Preciado, 2014, Santos, 2018), somados à perspectiva decolonial (Grosfoguel, 2008; Mignolo, 2003; 2005; 2017; Vergueiro, 2016) para pensar as formas de exclusão de corpos *trans* femininos no sistema mundo moderno/colonial.

Nesse panorama, esta mobilização justifica-se pela pertinência não apenas por sua expressividade artística ao tratar da temática da transexualidade no Brasil, mas também por trazer a público as vivências e os obstáculos enfrentados pelas mulheres *trans*. A obra, ao representar uma conjuntura contemporânea ainda pouco debatida em espaços de grande visibilidade, contribui para a ponderação das dinâmicas discursivas que constroem a identidade da mulher *trans/travesti* e os discursos de exclusão que as atravessam.

Além disso, é necessário refletir sobre o papel das artes cênicas e seus múltiplos dispositivos expressivos – ou dispositivos (Deleuze, 1990) – que, ao serem concretizados em espetáculos, ou lidos, operam como regimes de enunciação deslocadores de verdades perpassadas de irrefutabilidade do e no limiar histórico e sociopolítico (Moreira, 2020) caracterizado pela cisheteronormatividade e pela marginalização de identidades não-padrão. Nesse cenário, tornam-se aparatos de poder-saber (Moreira, 2020) para a representação de mulheres *trans/travestis*, sujeitos que ocupam posições fora dos discursos normativos e que se encontram para além das linhas abissais (Souza Santos, 2007).

Essa discussão ganha ainda mais urgência diante do cenário de violência enfrentado por pessoas *trans/travestis* no Brasil, país que lidera o *ranking* mundial de assassinatos dessa população pelo décimo sétimo ano consecutivo. Em 2024, foram registradas 122 mortes de pessoas *trans/travestis* no país. Apesar da redução de 16% em relação ao ano anterior – de 145 para 122 homicídios – são dados alarmantes. Em média, mais de 10 mortes por mês, só em 2024 (Benevides, 2025).

Benevides (2025) destaca que, do total de 122 vítimas *trans*, em 2024, no Brasil, 117 eram mulheres *trans* e apenas 5 eram homens *trans*. Os estados brasileiros com maior incidência de homicídios foram São Paulo, Minas Gerais, Ceará e Rio de Janeiro, com 16, 12, 11 e 10 ocorrências, respectivamente.

Tais dados mostram como a violência se manifesta mais acentuada sobre as mulheres no espectro de gênero *trans*, fruto da misoginia que afeta essa parcela da população.

Dadas as informações preliminares, para melhor organização do percurso argumentativo, o texto encontra-se estruturado nas seguintes seções: a) percurso teórico-metodológico; b) condições de produção do dizer; c) o dizer em tensão; e d) considerações finais.

PERCURSO TEÓRICO-METODÓGICO

A abordagem teórica-metodológica deste estudo visa análise de um recorte discursivo segmentado (Orlandi, 1984) do roteiro da peça “Br Trans” (Pereira, 2016). Transdisciplinarmente (Coracini, 2010), enlaçamos a Análise do Discurso de origem francesa (AD) (Orlandi, 2007; 2013; Pêcheux, 1983), a perspectiva discursivo-desconstrutiva (Coracini, 1998; 2003; 2007, Moreira, 2020), a arqueogenealogia foucaultiana (Foucault, 1987; 2001; 2003, 2008a; 2008b; 2013), como também os teóricos dos estudos de gênero (Butler, 2003; 2019; Nascimento, 2021; Preciado, 2014; Santos, 2018), a perspectiva decolonial (Grosfoguel, 2008; Mignolo, 2003; 2005; 2017; Quinjano, 2005; Vergueiro, 2016) e outros, de forma a tecer um arcabouço suficientemente capaz de dar cabo da materialidade pesquisada (Moreira, 2020).

Posto isto, a AD (Orlandi, 2013) é mobilizada, com suas noções, para auxiliar na investigação/sondagem das possibilidades de significações emergem dos discursos, dando conta das relações de poder, das questões sociais e das construções identitárias relacionadas à transgeneridade. De modo, a compreender os discursos para questionar e problematizar as estruturações e as práticas que os sustentam (Moreira, 2020). Somada à AD, a perspectiva discursivo-desconstrutiva (Coracini, 2003; 2007, Moreira, 2020) vem para analisar os discursos, desmontar as estruturas de poder e encontrar as fissuras, as contradições que permeiam as representações da transexualidade no contexto discursivo em questão.

Esses fios teóricos articulam-se com a arqueogenealogia foucaultiana (Foucault, 1987; 2001; 2003, 2008a; 2008b; 2013), para possibilitar a com-

preensão dos discursos, como parte de um sistema de saber-poder que historicamente produz, regula e normatiza identidades de gênero. A arqueogenalogia permite mapear as condições de emergência dos discursos sobre a transexualidade, investigando os regimes de verdade que os legitimam e os dispositivos que operam na sua manutenção e transformação. Além disso, nos possibilita examinar os dispositivos históricos que sustentam a exclusão, sobretudo da mulher *trans/travestis*, compreendendo como o discurso artístico pode operar como um espaço de deslocamento e resistência a este cenário de discriminação.

Neste curso, a pesquisa se ancora, também, nos estudos de gênero (Butler, 2003; 2019; Preciado, 2014; Santos, 2018) para problematizar a cisnormatividade, os mecanismos de exclusão e a marginalização que estruturam as narrativas *trans*. A teoria de Butler (2003; 2019), sobre a performatividade de gênero ajuda a compreender como os discursos regulam e reiteram normas de inteligibilidade de gênero, ao passo que a perspectiva de Preciado (2014) tensiona os limites das categorias tradicionais, pontuando os processos que atravessam os corpos trans, inserindo-os em uma lógica de controle e normatização (Nascimento, 2021).

Para melhor compreensão de nosso sujeito de pesquisa, é necessário articular Nascimento (2021), com sua obra “Transfeminismo”. A partir deste estudo, é possível observar as particularidades e as condições em que uma mulher *trans/travesti* vive no Brasil, de modo a desenvolver reflexões acerca das denúncias emergentes em “Br Trans” (Pereira, 2016), o (trans)feminismo contribui para o entendimento dos processos de exclusão que cercam essa minoria.

Nessa linha, dialogamos com a perspectiva Decolonial (Grosfoguel, 2008; Mignolo, 2003; 2005; 2017; Quijano, 2005; Vergueiro, 2016a; 2016b), que denuncia a colonialidade do poder, do saber e do ser como estruturantes das opressões de gênero e sexualidade. O modo de articular essa trama visa a ampliação da compreensão de como a transgeneridade é discursivizada dentro de nosso bojo social, apontando as intersecções entre gênero, classe, raça e sexualidade na construção dessas identidades. Sob esta égide teórica, trazemos no item vindouro as condições de produção do dizer.

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DIZER

Para Orlandi (2013), o conceito de condições de produção ocupa uma posição central na AD, pois compreende tanto o contexto sócio-histórico em que um discurso é produzido quanto o lugar que o sujeito ocupa ao enunciá-lo. Nesse sentido, o levantamento das condições de produção permite compreender como determinados significados se consolidam ou são disputados, sempre em articulação com o contexto e com as formações discursivas envolvidas. A autora explica que o discurso se constitui como um espaço de significação permeado por atravessamentos históricos, ideológicos, políticos e materiais. Diante disso, torna-se imprescindível considerar as condições que moldam, restringem e possibilitam sua produção, circulação e recepção no espaço social.

Desse modo, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) mostrou que no ano de estreia da peça, 2016, foram registradas 144 mortes de pessoas *trans* no Brasil, o quinto maior índice, desde o início do monitoramento (Benevides, 2025). Nesse cenário de extrema violência, Silvero Pereira, artista cearense de Mombaça, formado em artes cênicas pelo Instituto Federal do Ceará (IFCE), se propôs a investigar a rotina de pessoas *trans/travestis* no Brasil.

O processo criativo de coleta de relatos foi realizado pessoalmente por Pereira, que percorreu ruas, avenidas e rodovias nas margens do país — de Fortaleza, no Ceará, a Porto Alegre, no Rio Grande do Sul — buscando captar essas vivências em sua crueza e subalternização. Conforme relatado pelo próprio autor, em entrevista, ao canal “Canal Saúde Oficial” (2016), a gênese de “BR Trans” remonta a 2002, quando integrava o grupo “As Travestidas”, em Fortaleza, e já observava a forma como pessoas trans eram sistematicamente excluídas e desrespeitadas.

Com base nesse percurso, os relatos e narrativas coletadas integram a peça. Como Pereira afirma (Canal Saúde Oficial, 2016), ao ser convidado pela Organização não Governamental (ONG) “Igualdade RS” para visitar o sul do país, teve a oportunidade de observar outras vivências *trans/travestis*, que enriqueceram, ainda mais, a composição dramatúrgica. Essa experiência de escuta/registro, como argumenta Costa (2018), configura-se como um “manifesto”,

tensionando a cisgeneridade e denunciando as condições da existência *trans/travestis*. Foi apenas em 2012, após longo processo de reelaboração das narrativas, que Pereira conseguiu criar um roteiro coeso, dando origem à montagem de “BR Trans”, que estreou em 2013, em Porto Alegre, sob direção de Jezebel de Carli (Paulin, 2021).

A convivência e escuta ativa do autor junto à comunidade *trans* permitiram que ele estruturasse o espetáculo a partir de relatos, cujas histórias atravessam experiências como a violência de parceiros e a prostituição como meio de sobrevivência. Graças à sua relevância artística e política, a peça foi indicada a diversas premiações, e o roteiro foi publicado pela Editora Cobogó, em 2016, integrando a coleção Dramaturgia — reconhecida por publicar obras que abordam a formação identitária no contexto social. No caso de “BR Trans”, os discursos sobre as mulheres *trans* brasileiras é abordado na arte.

Nessa linha, Pêcheux (1983) argumenta que o discurso é atravessado por formações discursivas que determinam o que é permitido dizer ou não em determinados contextos históricos e sociais. Orlandi (2013) amplia essa reflexão ao destacar que as condições de produção estão ancoradas na materialidade histórica, isto é, nos dispositivos institucionais e ideológicos que sustentam a emergência de certos sentidos enquanto silenciam outros. Assim, compreender essas condições implica ir além dos enunciados em si, permite levantar os mecanismos que regulam sua circulação e os lugares legítimos/ilegítimos de enunciação (Moreira, 2020).

À luz dessas questões, as contribuições do pensamento feminista são fundamentais para entender como a existência feminina é historicamente marcada por relações de poder que instituem normas de gênero, restringindo a enunciação e os processos de subjetivação. Para Butler (2003), a identidade de gênero não é uma essência, mas um efeito de práticas discursivas normativas reiteradas. Nessa direção, Santos (2018) entende o gênero como um aparato regulador que naturaliza e hierarquiza os sexos em moldes binários e complementares. A mulher *trans*, nesse cenário, desafia essas estruturas, sendo frequentemente excluída da inteligibilidade social por romper com a lógica heteronormativa (Butler, 2003).

Para além do feminismo, é necessário marcar o avanço dessa discussão para o transfeminismo, conceito que, conforme Nascimento (2021), deve ser entendido como uma ampliação do feminismo que contempla especificidades das identidades de gênero femininas dissidentes. A autora destaca o transfeminismo como espaço de afirmação, reconhecimento e resistência às regras cisnormativas. Nesse mesmo sentido, esta noção não se restringe ao campo teórico, mas atua como prática política por e para todas as pessoas que se identificam como mulheres, independentemente de suas expressões corporais ou identidades sexuais (Vergueiro, 2015). Mulheres cis, trans, travestis, queer, não binárias e transvestigêneres compõem esse campo de luta por reconhecimento e pelo fim da transfobia (Nascimento, 2021).

Nesse limiar, a transfobia, por sua vez, é entendida como uma prática discursiva e social ancorada na lógica da anormalidade (Foucault, 2001), que marginaliza e deslegitima a mulher *trans* como sujeito. Como aponta Preciado (2014), os corpos *trans* têm sido historicamente patologizados e excluídos das esferas de poder por meio de dispositivos biopolíticos (Foucault, 2008b). Essa exclusão se expressa tanto institucionalmente quanto discursivamente. Ainda assim, há uma contra-produção discursiva que resiste e subverte essas normas, instaurando novas possibilidades de existência (Ferreira, 2021). Para este autor o conceito de cisgeneridade compulsória como uma imposição para viver segundo o gênero designado ao nascer. Isto é, trata-se de um sistema que exige a conformidade entre o sexo atribuído e o gênero esperado, o que reforça a ideia de que os corpos devem obedecer a uma lógica binária naturalizada.

Ao aplicar essas reflexões ao recorte eleito nesta pesquisa, compreendemos que a materialidade analisada constitui um objeto discursivo que desafia os limites da representação da mulher *trans*, tanto no campo teatral quanto no imaginário social. O teatro, como espaço de enunciação, está inserido em um regime de visibilidade que pode tanto perpetuar estereótipos quanto funcionar como espaço de resistência. Foucault (1996), em *A ordem do discurso*, destaca que o discurso, além de ferramenta de dominação, é também campo de disputas, em que os sujeitos podem subverter as formações que os constituem.

Dessa forma, *BR Trans*, seja por meio do seu roteiro — foco desta análise — ou pela encenação, constitui um espaço discursivo que denuncia a violência contra corpos *trans* e propõe novas formas de existência e representação desses sujeitos frente à sociedade hegemônica. Na próxima seção, trazemos um recorte específico da obra para análise, a partir do qual se concatena nosso gesto de interpretação.

O DIZER EM TENSÃO

Temos aqui um recorte discursivo (RD) segmentado (Orlandi, 1984) da página 29, da cena III, intitulada “Três Travestis”, presente na obra “Br Trans”, de Silvero Pereira e publicada pela editora Cobogó, em 2016, na qual podemos observar as relações de poder e saber que atravessam o dizer acerca dos corpos *trans/travestis*. Nesse dito confessional há a (d)enunciação das violência(s) sofridas pelo sujeito *trans* feminino em nosso CISTema-mundo (Nascimento, 2021). Corpos marcados por regimes de verdade, atravessados pela exclusão, uma formulação da qual emergem (inúmeras) experiências sócio-historicamente silenciadas (Orlandi, 2007).

Vejamos:

RD:

Que ridícula é a minha dor. Olhando para aquela travesti **cansada** bebendo no **bar**, que **ridícula** é a **minha dor**. Aliás, aquela travesti **sou eu**. **Maltratada, humilhada, abandonada**, cheia de dúvidas, doenças, medo. **Alguém aqui já sentiu isso alguma vez na vida?** (Pereira, 2016, p. 29. Cena III – Três travestis)

A partir de RD, podemos ver que a escolha lexical dos termos traz uma carga semântica indicadora da exclusão e do sofrimento enfrentado por esses sujeitos. O emprego dos termos “ridícula”, “cansada”, “maltratada”, “humilhada”, “abandonada”, “cheia de dúvidas”, “doenças” e “medo” encaminham nosso gesto. Estes adjetivos pontuam, via caracterização, as condições sócio-históricas que legitimam os sujeitos *trans* no bojo social, fazendo com que reflitamos como é construída a vulnerabilização dessas pessoas. Neste limiar, é possível ver que essas categorizações atribuídas à identidade *trans* feminina,

em contexto social brasileiro, como postula Pereira(2016), integram um campo significativo quanto à(s) sua(s) existências dentro desse CISTema (Nascimento, 2021), atuando assim como uma denúncia.

A dupla repetição do adjetivo “ridícula”, nos dois primeiros períodos sugere a internalização de um olhar social sobre o corpo travesti. O olhar sobre si da personagem, constitui-se a partir do olhar do outro. O adjetivo “ridícula”, conforme Ferreira (2020, p. 669), “insignificante/mesquinho”, mostra como essas vidas são alvo de menosprezo, de zombaria. Este adjetivo é atribuído a “dor” de existir da mulher *trans/travesti* na contramão da cisheteronormatividade (Rosa, 2020). Essa ridicularização, que dói na mulher *trans*, “minha dor”, é tanto parte do imaginário social, quanto parte de sua clivagem, via memória discursiva que constrói sua representação (Orlandi, 2013). Isto é, os interdiscursos que constituem os ditos sobre esses sujeitos vão se atualizando, gerando efeitos sentido, histórico-socialmente, cristalizados sobre ser *trans/travesti*, e acabam por gerar uma representação estereotipada, um corpo visto como transgressor (Louro, 2020), uma vida anormalizada (Foucault, 2001).

Sob esta égide, salientamos que o sujeito do discurso é atravessado por formações discursivas, ligadas a formações ideológicas (Orlandi, 2013). Desse modo, o sujeito travesti, ou melhor, Travestigênera, em RD, tem seu dito filiado à formação ideológica patriarcal e a formação discursiva machista para as quais não basta que este sujeito seja “ridículo”, há uma gradação, esta vida é vilipendiada além desse limite, ela é “maltratada” (insultada/ultrajada), “humilhada”(rebaixada/menosprezada) e “abandonada” (desamparada) (Ferreira, p. 483-404-2). Mas quem faz isso com ela? Note que a sociedade hegemônica, fonte de interlocução, é o algoz, assinalado pela enunciadora, a personagem Gisele Almodóvar, quando pergunta ao público que lhe serve de ancoradouro de interlocução: “Alguém aqui já sentiu isso alguma vez na vida?”, permiti-nos interpretar que só ela sente o peso dessa violência, como representante de uma minoria discriminada, o interlocutor não, este não conhece a dor de viver que ela e o coletivo do qual faz parte carregam para poder existir.

Por meio da utilização da expressão “sou eu”, a enunciadora *trans/travesti* “cansada” que está “bebendo” sozinha, “no bar”, traz em seu dito a marca

da relação abissal (Souza Santos, 2007) entre o sujeito discursivo e o sujeito interlocutor, apontando para uma identidade constituída por tensões entre o olhar do outro e a experiência vivida. Ao fim de sua jornada diária, resta dor, cansaço, humilhação, abandono. Isso mostra quem está do lado de lá da linha abissal, o privilegiado/prestigiado e quem ocupa o lado de cá da linha, o discriminado/excluído.

Nesse sentido, vale evocar Foucault (1979) de forma pensar os dispositivos de poder-saber e as representações que concatenam no fluxo discursivo. Ou seja, dentro de nosso bojo social a dor da mulher *trans/travesti* não é um dado natural, mas resultado de uma rede de ditos, regida por relações microcapilares de poder (Moreira; Guerra, 2018) que delimita as (im)possibilidades de existência. Assim, a subjetividade da mulher *trans/travesti* é produzida por normas disciplinares rígidas que o classificam como um sujeito subalternizado, ocupando assim um posto de anormalidade (Foucault, 2001). Nesse sentido, podemos interpretar que o “bar”, cenário da cena (d)enunciada em RD, como espaço da marginalidade, de vício e da invisibilidade e da subalternidade relegada aos corpos *trans*, o lugar do seu entorpecimento com bebidas alcoólicas para anestesiar o cansaço de viver e a dor do abandono.

Em sequência, mobilizamos a noção de performatividade de gênero de Butler (2019), ao observar a ideia de que o gênero não é algo que se “é”, mas algo que se “faz” via práticas culturais, sociais e corporais, por meio de repetição de normas reiteradas ou subvertidas. Neste limiar, o reconhecimento da “dor” existencial, advinda da exclusão da identidade *trans/travesti*, desloca o binarismo de gênero para performar a insuficiência (Masculino e feminino) que não abarca a pluralidade. Nesse limiar, a noção de colonialidade do poder e do saber (Quijano (2005), mostra a exclusão da mulher *trans/travesti*, dentro do sistema-mundo moderno/colonial/patriarcal (Grosfóguet, 2008). Emerge a hierarquização dos corpos por meio da racialização e da sexualização em um eixo regido pelo binarismo de gênero. Desse modo, o corpo *trans/travesti*, nesse contexto, mostra a lógica que estabelece a assimetria de quem tem direito à humanidade e quem não.

Aqui, enlaçamos Nascimento (2021), para quem a dicotomia de gênero é uma imposição colonial voltada ao controle dos corpos/vidas. Inscrevendo o corpo/vida *trans/travesti* em um espaço de indeterminação, desafia essa lógica binária e demarca a violência constitutiva do gênero enquanto tecnologia de dominação. Voltamos a pergunta final do recorte, “alguém aqui já sentiu isso?”, para interpretar que ela opera como interpelação e exigência de escuta, como aquela que questiona os lugares de privilégio do interlocutor, a partir do relato de seu sofrimento, da constatação da alteridade (Moreira, 2020).

Dessa forma, problematizamos esta materialidade como um acontecimento (Pêcheux, 1983) que simultaneamente (d)enuncia e (r)existe, ao desestabilizar normas hegemônicas, o objeto de análise propõe uma reconfiguração das categorias tradicionais e convoca uma escuta ética, para acolher a pluralidade de gênero.

PROPOSIÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, considerando a hipótese formulada e os objetivos delineados, percorremos um trajeto que possibilitou a problematização das representações das identidades das mulheres *trans/travestis* no contexto da sociedade brasileira, tendo como base o dispositivo “BR Trans”, de Silvero Pereira (2016). A análise realizada pontuou que a vivência da transgeneridade feminina ainda se encontra inserida em uma engrenagem social que sustenta o binarismo de gênero e marginaliza aqueles corpos e subjetividades que escapam ao regime de inteligibilidade forjado pela lógica da sistema-mundo moderno/colonial. Nesse limiar, a cisheteronormatividade não opera apenas como um conjunto normativo, mas como um regime discursivo que determina quem pode ou não ser reconhecido como humano, instituindo, assim, limites à própria possibilidade de existir.

Isso mostra a urgência de debates sobre o assunto. Esse movimento nos convoca a pensar criticamente os discursos que nos constituem e a interrogar os dispositivos que sustentam práticas de exclusão, apagamento e violência, abrindo, com isso, espaço para outras formas possíveis de existência (Moreira, 2020). Em um país que, ano após ano, mata centenas de *trans/travestis*, é preci-

so reivindicar condições dignas de existência para esses sujeitos. De forma que este estudo se inscreve como uma continuidade das produções já circulantes e, simultaneamente, serve como ponto de partida para novos questionamentos.

Em síntese, esperamos que as inquietações aqui mobilizadas possam se constituir como parte de uma engrenagem que movimenta o fazer científico, contribuindo para o alargamento de debates sobre aquilo que, historicamente, foi situado como anormal (Foucault, 2001). Nesse sentido, é fundamental assumirmos uma postura desconstrutora, que se comprometa com a denúncia das injustiças, dos estigmas e dos preconceitos naturalizados em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BALESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira De Ciência Política**, v.11, 89–117, 2013. Disponível em: <https://link.ufms.br/eW-Crl>. Acesso em: 20 de jan. 2025.

BENEVIDES, B.G. Assassinatos em 2024. *In*: BENEVIDES, B.G **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. p. 62-78. Disponível em: <https://link.ufms.br/j2WhZ>. Acesso em: 20 Jan. 2025.

CANAL SAÚDE OFICIAL. **Ciência & Letras - BR Trans**. Disponível em: https://youtu.be/cg8bC5g5qPM?si=9p_uP-uNKMk7yxMh. Acesso em: 20 mar. 2025.

COSTA, J. C. L. **Espetáculo “BR trans”**: micropolíticas, performances e cartografias queer. Dissertação de mestrado (Mestrado em Performance Cultural) – Universidade Federal de Goiás(UFG), Goiânia, 141 f. 2018.Disponível em: <https://link.ufms.br/YMpQN> Acesso em: 15 Nov. 2022.

CORACINI, M. J. **Identidade & discurso**: (des)construindo subjetividades/ Maria José Coracini (Org.). Campinas: Editora Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

_____. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

_____. Transdisciplinaridade e análise de discurso: migrantes em situação de rua. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 91–112, 12 nov. 2010.

DELEUZE, G. **O que é um dispositivo?** In: Michel Foucault, filósofo. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

DURÃES, M. Quem é Erika Hilton, a primeira trans negra eleita deputada federal no Brasil? **Público.pt**, Lisboa, 3 out. 2022. Disponível em: <https://link.ufms.br/GNsQn> Acesso em: 20 mar. 2025.

FERREIRA, A.B. H. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8ed. rev. atual. Curitiba: Cia. Bras. de Educação e Sistemas de Ensino, 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **História da sexualidade vol. II**: O uso dos prazeres. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. **A arqueologia do saber**/Michel Foucault; tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

_____. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 20 jan. 2025.

_____. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntrica rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 337 – 362, 2012. ISSN 2316-1329. Disponível em: <https://link.ufms.br/5t6QG> Acesso em 24 Nov. 2024.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 2. Ed. São Paulo Cortez. 2003.

LGBTQIA+ WIKI. **Transvestigênera - LGBTQIA+ Wiki**. Disponível em: <https://link.ufms.br/ovKeq>. Acesso em: 7 abr. 2025.

MIGNOLO, W. D. **A colonialidade de cabo a rabo**: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005, p. 33-49.

_____. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [online]. 2017, vol.32, n.94, e329402. Epub June 22, 2017. ISSN 1806-9053. Disponível em: <https://link.ufms.br/gna83> Acesso em: 20 Jan. 2025.

_____. **Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Trad. Solange Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOREIRA, I. C; GUERRA, V. M. L; Um olhar discursivo sobre o processo de subjetivação do indígena em dispositivo didático. **Rua**, Campinas, SP, v. 24, n. 2, 2018. Disponível em: <https://link.ufms.br/hntAm>. Acesso em: 14 maio. 2025.

MOREIRA, I. C. **O processo de subjetivação do indígena em material didático subsidiado pelas (novas) tecnologias**. Araraquara: Letraria, 2020.

NASCIMENTO, L. C. P. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

CANAL SAÚDE OFICIAL. **Ciência & Letras - BR Trans**. YouTube, 21 Set. 2016. 1 vídeo (27 min.). Disponível em: <https://link.ufms.br/lARdo> Acesso em: 20 fev. 2025

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

PAULIN, B. BR-TRANS, peça com Silvero Pereira, aclamada no Brasil e em festivais internacionais, encerra sua trajetória em única apresentação dia 08 de dezembro no Theatro São Pedro. **Bruna Paulin Assessoria de Flor em Flor**, 2021. Disponível em: <https://link.ufms.br/oAhsw>. Acesso em: 08 Abr. 2025.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997. Edição original: 1983.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio** / Michel Pêcheux; trad.: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PEREIRA, S. **BR-Trans**. 2 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2016.

RODRIGO FERREIRA, S. A respeito da categoria (trans/cis) gênero: a representação da identidade de gênero e a cisgeneridade compulsória. **Revista Eco-pós**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p.355-380, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/issue/view/1293 Acesso em 08 abr.2025.

ROSA, E. B. P. R. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, Ago. 2020. Disponível em: <https://link.ufms.br/gm5Ac>. Acesso em: 20 jan. 2025.

PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual**; trad. de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo : n-1 edições, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005, p. 227-278.

SOUZA-SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, M. R. DOS. Gênero e cultura material: a dimensão política dos artefatos cotidianos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 26, n. 1, 2018. Disponível em: <https://link.ufms.br/1AOzu> Acesso em 20 Jan. 2025.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., (orgs). **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016a, p. 249-270. Disponível em: <https://link.ufms.br/XUs9B> Acesso em 20 Nov. 2024

_____. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Salvador, 2016b. Dissertação de mestrado. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685>. Acesso em 20 Nov. 2024.

CAPÍTULO 5

“NENHUMA MENINA VAI QUERER FICAR COM VOCÊ”: PERCURSOS DE AUTOIDENTIFICAÇÃO BISSEXUAL EM UMA SOCIEDADE MONOSSEXISTA

Gabriel Calça Tasso

Doi: 10.48209/978-65-5417-486-5

CONCEITUANDO A PESQUISA

Não existe um consenso entre pesquisadores acerca de quão antiga a bissexualidade é. Enquanto alguns encontram registros da identidade bissexual na segunda metade do século XX, outros rastreiam práticas bissexuais desde a antiguidade (SHAWN, 2023, p. 44-45). Independentemente de quão longínqua seja, fato é que pessoas bissexuais existem nas mais diversas camadas sociais, expressando sua sexualidade de maneira plural e autêntica, contribuindo para a diversidade e riqueza das experiências humanas.

Segundo dados de 2019 do IBGE, temos, no Brasil, 2,9 milhões de pessoas com idade igual ou superior a 18 anos que se autoidentificam como homossexuais ou bissexuais (SILVEIRA, 2022, p. única), uma quantidade maior que o número de habitantes da terceira cidade mais populosa do país, Brasília (2,8 milhões segundo dados de 2022 do IBGE).

Em uma crescente, a comunidade bissexual tem se afirmado e lutado por suas pautas nas áreas políticas, sociais e culturais, em busca de 1) acesso à saúde de forma universal e igualitária; 2) reconhecimento e enfrentamento da bifobia¹; 3) visibilidade para a história e existência bissexual; 4) direito à uma autodescoberta alinhada ao desenvolvimento da infância e adolescência; dentre outras questões que se mostram cada vez mais relevantes (FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA, 2021, p. única).

¹ “preconceito e a discriminação de bissexuais devido a sua orientação sexual.” (DOMBOROVSKI, 2020, p. única).

Buscando mais sobre o assunto, é possível encontrar alguns artigos acadêmicos que abordam a bissexualidade em relação à ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), ao preconceito sofrido ou ao histórico do termo. Poucos são os textos que refletem as vozes de indivíduos bissexuais de forma pessoal e sensível.

Nós estamos cansados de sermos analisados, definidos e representados por pessoas outras que não nós mesmos, ou ainda pior, nem se quer considerados. [...] Nós estamos irritados com aqueles que se recusam a aceitar nossa existência; nossas questões; nossas contribuições; nossas alianças; nossas vozes. É hora da voz bissexual ser ouvida. (ANYTHING THAT MOVES, 1990, p. única, tradução nossa)²

É a partir da reivindicação de autodescoberta alinhada ao desenvolvimento infantojuvenil e da escassez de textos sensíveis acerca da bissexualidade que esta pesquisa reflexiva e bibliográfica se inicia, questionando como se dão as experiências de autoidentificação e aceitação da bissexualidade entre pessoas que, ao nascer, foram designadas ao gênero masculino?

O recorte de gênero é feito devido ao histórico de preconceitos específicos sofridos por esta população. Julia Shaw, mulher cisgênero bissexual, conta que, nos anos 80,

Com a investida da epidemia de aids, homens bissexuais eram (e ainda são) estigmatizados como pontes ou vetores de aids. Houve medos arraigados de que homens bissexuais estavam pegando aids no mundo homossexual pervertido e trazendo-a para o mundo heterossexual respeitável. Homens bi eram vistos como uma conexão ameaçadora entre o sujo e o limpo, o mal e o bem, o queer e o hétero. Assim, homens bi eram vistos como uma ameaça aos heterossexuais por toda parte. (2023, p. 64).

Devido à sociedade binarista, a discriminação prosseguiu mesmo após décadas, com homens bissexuais sendo lidos como homossexuais disfarçados ou heterossexuais curiosos, promovendo o apagamento bissexual³.

2 Trecho original em língua inglesa: We are tired of being analyzed, defined and represented by people other than ourselves, or worse yet, not considered at all. [...] We are angered by those who refuse to accept our existence; our issues; our contributions; our alliances; our voice. It is time for the bisexual voice to be heard.

3 Entendido por Melissa Jaeger, et al. como “[a] falta de reconhecimento das bissexualidades e a negação sistemática de sua existência nas sociedades ocidentais” (2019, p. 8).

Nas próximas páginas, pretendeu-se encontrar relatos em livros, revistas, artigos, *blogs*, *podcasts*, vídeos e outras fontes digitais disponíveis, buscando evidenciar a trajetória de descoberta da bissexualidade por pessoas designadas masculinas no nascimento, como forma de aumentar o número de bibliografia sensível sobre o tema, promover maior visibilidade para a comunidade bissexual e, sobretudo, identificar alguns dos elementos que interferem na descoberta sexual destas pessoas.

BISSEXUALIDADE(S)

Este texto parte do entendimento de que “bissexuais são pessoas para quem o gênero não é um fator determinante da atração sexual ou afetiva” (FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA, 2021, p. única), ou seja, para além da atração por homens ou mulheres, parte-se do pressuposto que bissexualidade é a inclinação a se atrair por pessoas, independente do gênero, incluindo também aqueles que se entendem para além da binaridade “homem - mulher”. Assim, podemos vê-la como um grande guarda-chuva que dialoga também com a pansexualidade, polisssexualidade e omnissexualidade, todas entendidas como sexualidades monodissidentes⁴.

Por ser tão múltipla, a comunidade bissexual enfrenta diversos preconceitos ligados ao monossexismo⁵ e à heteronormatividade⁶. A sociedade tende a não compreender vivências fluídas que não caibam dentro de uma rotulação dicotômica, isto é, monossexualidades como a homo e heterossexualidade, o que dificulta também o autodescobrimento enquanto bissexual. Numa tentativa de caber neste padrão, Uno Vulpo, homem cis bissexual, percebe como foi afastado de um entendimento mais amplo sobre si:

4 “Monodissidente é uma categoria guarda-chuva que abarca identidades e práticas não monossexuais, isto é, cuja atração sexual e afetiva não se restringe a pessoas de um único gênero.” (KLIDZIO; MONACO. p. 1835, 2022).

5 Entendido como “Uma estrutura social que presume que todas as pessoas sejam monossexuais e que trata como desvio as demais modulações da sexualidade.” (EISNER, 2013 apud JAEGER, et al, 2019, p. 7).

6 Entendida como “um padrão de sexualidade que regula o modo como a sociedade ocidental está organizada” (PETRY; MEYER. p. 193, 2011).

Eu sempre me identifiquei como uma pessoa gay. (...) quando eu ficava com meninas, eu tinha atração física e sexual, (...) mas me coloquei nessa “caixinha do gay” justamente pelo contexto cultural. (...) Depois de muita terapia, depois de pensar muito eu comecei a ver que (...) “tô” me fechando nesse lugar justamente por causa de um monte de estereótipo que a sociedade cria. (2022, min. 6:17 - 12:30).

Com este preconceito enraizado desde a infância, muitos bissexuais crescem sendo educados para não se entenderem como válidos e, até mesmo, nem considerarem a bissexualidade como forma de existência. É assim que o entendimento monossexual prejudica uma descoberta sexual livre. Mari Alixandre, mulher cis bissexual, corrobora com a fala acima, mostrando como a bissexualidade não é levantada como hipótese na busca de si dentre os espectros de sexualidade. No *podcast* “Conversa de Travesseiro”, ela conta que se perguntava “e se (...) eu gostasse de meninas? Não, não é possível porque eu já fiquei com meninos e eu gosto de meninos” (2020, min. 6:40 - 6:49), buscando uma expressão binária que a coubesse e facilitasse um entendimento sobre si.

Infelizmente, as lutas travadas pela comunidade bissexual são disputadas até mesmo dentro da comunidade LGBTQIAPN+. Lisiane Andriolli Danieli, Giovanna Soares e Camila Pupulin, mulheres cis lésbicas, argumentam que a bissexualidade

(...) Não deixa de ser uma prática e um comportamento que acaba favorecendo os homens, porque eles podem (...) estar em um relacionamento heterossexual e se relacionar com homens e manter seus “privilégios heterossexuais”, mas também esses homens heterossexuais podem acabar incentivando as mulheres com quem (...) namoram, casam, enfim, a serem bissexuais “pra” que eles possam se favorecer da prática bissexual dessa mulher, porque é muito interessante “prum” homem ver uma mulher ficando com outra mulher e mesmo assim poder usufruir dessa mulher sem que ele seja abandonado, então acaba que a bissexualidade pode ser também apenas um “acréscimo” à heterossexualidade, (...) a bissexualidade acaba sendo vivida e experienciada apenas como uma atividade sexual, sem que se pense nas consequências de escolher se relacionar tanto com homens quanto com mulheres. (2021, min. 10:19 - 11:35).

Nesta fala, podemos notar diversos equívocos que promovem o apagamento bissexual. Este pensamento, propagado através de um *podcast* disponível no *Spotify*, plataforma virtual com grande número de usuários e de fácil

acesso, é identificado indiretamente por Rosie Nelson, pessoa não-binária bissexual, como o mito do “privilégio da passibilidade heterossexual”⁷. Isto seria o suposto privilégio que pessoas bissexuais experimentam ao estarem em um relacionamento com alguém do gênero oposto (no entendimento da existência de apenas dois gêneros), passando ilesas pelos preconceitos e discriminações que alguns gays e lésbicas não conseguem evitar (2024, p. 305 - 306).

A ideia de pessoas bi+ tendo ou usando privilégio de passibilidade heterossexual é frequentemente implantado para sugerir que pessoas bi+ estão tirando vantagem, estão manipulando, ou estão evitando a solidariedade queer. (...) Embora pessoas bi+ possam passar, é tipicamente por razões de segurança, ininteligibilidade cultural e invisibilidade contra um cenário de um mundo social homonormativo, heteronormativo e mononormativo. (NELSON, 2024, p. 316, tradução nossa).⁸

De forma alguma podemos negar que certas pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ possam passar despercebidas enquanto membros de grupos sociais minorizados se não se posicionarem desta forma, mas podemos afirmar, em consonância com Nelson, que o possível “privilégio” acusado não passa de apagamento bissexual impulsionado pelo monossexismo e heteronormatividade. Esta passabilidade não é, e nunca foi, exclusiva de bissexuais. Além de errôneo, classificar a sexualidade/identidade de alguém exclusivamente através de seu relacionamento atual se torna um dispositivo de exclusão que fomenta estigmas prejudiciais e promove discursos separatistas e excludentes, como o de Danieli, Soares e Pupulin.

Jamais podemos afirmar que maridos são capazes de influenciar comportamentos bissexuais em suas esposas se estas já não se encontrarem dentro do rótulo. Mulheres bissexuais são sim fetichizadas e este é um problema específico desta população que precisa ser combatido, mas a fala acima citada abre brechas para que más interpretações sejam feitas, criando entendimentos errôneos de que bissexualidade é algo opcional e possível para qualquer um,

7 Frase original em língua inglesa: Myth of ‘Straight-Passing privilege’.

8 Trecho original em língua inglesa: The idea of bi+ people having or using straight-passing privilege is often deployed to suggest that bi+ people are taking advantage, are manipulative, or are avoidant of queer solidarity. (...) Whilst bi+ people may pass, it is typically for reasons of safety, cultural unintelligibility, and invisibility against a backdrop of a homonormative, heteronormative, and mononormative social world.

contribuindo com a famigerada ideia de “confusão”, “curiosidade” e até mesmo o fetichismo atribuído a esta sexualidade, propagando um falso “caminho de volta” que possibilita a transição da bissexualidade para outra sexualidade (seja a heterossexualidade ou a homossexualidade).

Esses estigmas afetam a trajetória de autoidentificação dos bissexuais e suas relações interpessoais. A pressão social para encaixar-se em categorias rígidas de sexualidade pode levar ao medo de rejeição e/ou abafamento de emoções, dificultando a aceitação plena de sua identidade. É importante ressaltar que, para além da atração sexual, a bissexualidade também atua na atração amorosa e na forma de ser e estar/ocupar (n)o mundo.

A DESCOBERTA BISSEXUAL PERMEADA PELA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

Para além do tratado acima, pessoas que receberam o rótulo de “homem” devido a sua genitália ainda precisam lidar com todas as convenções sociais que permeiam a masculinidade hegemônica⁹ e a educação cultural machista, imposta desde cedo de forma perceptível (como comentários misóginos) e imperceptível (como pequenos atos do dia a dia, por exemplo, uma pequena piada com uma cor de roupa, falas do tipo “homem de verdade não faz isso”, entre outros). Encontrar-se em meio às regras pré-impostas torna o caminho ainda mais longo e tortuoso. Vitor Fernandes, homem cis bissexual, ao ser entrevistado pelo programa de *podcast* “PODCASTÃO - O podcast da sapatão”, diz que

(...) “Pra” ser homem só tem um jeito, né? A nossa sociedade só dá um jeito de ser homem. Você tem que ser o homem machão, forte, que fala grosso, que é violento... Qualquer coisa que você saia dessa norma, “tu” já “tá” errado na sociedade. (2021, min. 12:16 - 12:30).

9 Entendida como “um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse. [...] [A masculinidade hegemônica] é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem [...]” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). Em outras palavras, um conjunto de normas que determinam como os homens devem se comportar e sobre quem devem reinar. O padrão imposto é heterossexual, como aponta Rodriguez nas linhas a seguir.

Neste caminho único, diversas vivências e práticas são recusadas para obtenção de uma norma social que rege a todos. Desde o nascimento somos condicionados a gostar de determinada cor, se relacionar com programas televisivos “certos”, brincar de uma forma correspondente ao esperado devido seu sexo biológico, entre diversas outras imposições. Conforme crescemos, estas regras agora ditam quais pessoas devemos nos relacionar de forma amigável, amorosa, sexual, etc...

Sem grandes surpresas, a bissexualidade não está no caminho tomado como “padrão”, como Shay de los Santos Rodriguez, homem trans pansexual, escreve:

O universo masculino dito ideal é traduzido nas categorias de: jovem, heterossexual, cisgênero, branco, forte, rico e viril. (...) homens que não correspondem ao ideal masculinista, não tem os mesmos privilégios e são lidos como menos homens, no entanto não possuem a mesma liberdade do “fazer o que quiser”. (2020, p. 277).

Essa imposição limita a expressão da diversidade sexual e emocional, criando um ambiente hostil para os que buscam desafiar essas normas. Por não estarem no padrão, estes indivíduos são desvalorizados. Aqueles que não se encontram no seletivo grupo ideal procuram formas de comportamento que permitam uma sobrevivência social dentro de uma sociedade heteronormativa.

Raewyn Connell, mulher trans lésbica, escreve sobre não existir uma, mas algumas formas de masculinidade. Para ela, além da masculinidade hegemônica (na qual destaca que não necessariamente é alguém, mas algo, um ideal a ser alcançado), ainda conseguimos encontrar a masculinidade subordinada¹⁰, cúmplice¹¹ e marginalizada¹² (2005, p. 77 - 81). Homens bissexuais se dividem

10 A autora entende que a masculinidade hegemônica atua como superior em relação às outras formas de masculinidade, oprimindo-as. Neste grupo, encaixam-se aqueles que são subordinados à ela, desde homens não-heterossexuais até “[...] filhinho da mamãe, quatro-olhos [...]” (trecho original em língua inglesa: “[...] mother’s boy, four-eyes [...]”).

11 Seriam aqueles homens que não cumprem tudo o que a hegemonia exalta nem a pratica ativamente, mas se beneficiam dela e não têm interesse em deslegitimá-la. A autora cita como exemplo não o jogador de futebol que exibe seus dotes atléticos e competitivos, mas o homem que assiste a partida e vibra com o jogo em sua poltrona.

12 Faz referência a todos os homens que podem até ter comportamentos hegemônicos, mas nunca estarão na hegemonia por estarem fora do padrão racial, salarial, entre outros. A diferença entre a masculinidade subordinada e marginalizada é que na primeira, o tema é identidade (questões de gênero, sexualidade, sociabilidade, etc...), enquanto na segunda, o tema é social (homens negros, amarelos, pobres, com deficiência, etc...).

entre os subordinados (quando brancos) e os marginalizados (quando negros, amarelos, indígenas, etc...). Alguns, apesar de não alcançarem o esperado, tentam “compensar” sua sexualidade desviante através de outras ações e gestos considerados mais masculinos. Outros, ao notarem que nunca estarão dentro do padrão, se afastam e o repudiam, encontrando sua identidade em consonância com o entendimento social sobre si.

Em ambas as situações, englobando também aqueles que percorrem outros caminhos para além dos citados acima, mais do que entender seus desejos e atrações, estes indivíduos precisam ir contra ensinamentos enraizados para considerarem a bissexualidade como possibilidade. É renunciar a uma vastidão de privilégios sociais (quando presumido heterossexual) para reivindicar um espaço permeado por inseguranças e baixa representação (quando assumido bissexual).

Eu “tô” numa posição tão confortável em não me assumir, sabe? “Tipo”, é muito fácil você se manter dentro do armário. (...) É confortável porque você continua sendo conivente com a homofobia (FERNANDES, 2021, min. 13:30 - 13:56).

Após percorrer o longo trajeto do descobrimento sexual, geralmente realizado em segredo por medo de uma rotulação precoce advinda externamente, estes homens precisam se adaptar a uma nova forma de existir no/para o mundo, a qual vem acompanhada de um estereótipo com expectativas alheias e modos prontos. Caio Graneiro, homem cis homossexual, relata que “[...] quando a gente fala que a gente é gay, é como se a gente não tivesse sido formado homem” (2023, min 6:19 - 6:23), trazendo de forma vivencial a masculinidade subordinada enquanto desvalorização do ser.

Não se encontrar no percurso ideal é uma consequência social do padrão hegemônico, por vezes inalcançável, mesmo por homens heterossexuais. Atribuir rótulos como “homem de verdade”, “homem macho” e “homem com H maiúsculo” cria um “caminho errado” ao qual estes indivíduos são designados.

Quando eu estava “pra” nascer | De vez em quando eu ouvia | Eu ouvia a mãe dizer | Ai meu Deus como eu queria | Que esse cabra fosse “home” | Cabra macho “pra” danar | Ah! Mamãe aqui estou eu | Mamãe aqui estou eu | Sou homem com H | E como sou. (MATOGROSSO; BARROS, 1981, min. 0:38 - 1:01).

Com os versos acima, o cantor Ney Matogrosso, homem cisgênero não-heterossexual, ironiza o entendimento popular de “homem de verdade” ao se apropriar de termos semelhantes enquanto desafia as normas do masculino. Com extravagantes maquiagens e frescas indumentárias, chamava atenção para um corpo com gestos animaisescos diferente de tudo que era cotidianizado no século XX. Ao ser entrevistado recentemente, disse:

[...] Me chamavam de travesti. Eu nunca fui travesti, gente. Não estava atrás do feminino. Não era isso. A minha intenção era um bicho, uma cobra, uma ave, um felino. Era o que me movia. [...] Andrógino foi a primeira palavra que me chamaram e eu nem sabia o que era. Fui no dicionário descobrir. [...] gosto de ser do sexo masculino, embora ser do sexo masculino não me impeça de fazer nada que queira. Quando botei “Homem com H” na roda, eu estava debochando daquilo, daquela informação. [...] Eu debochava do estereótipo. Para mim, homem é muito mais do que se pede. É muito mais do que ser macho. Homem tem que ser sensível --- todos nós somos. Tem que ser respeitoso, honesto, educado, carinhoso. Inclui muitas coisas no meu conceito de homem. (MATOGROSSO; MATURANA; CLAIRE, 2024, p. única).

Fugindo do ideal hegemônico ao mesmo tempo que reivindica sua identidade de gênero enquanto “homem com H”, Matogrosso abria portas para que outras formas de expressão de gênero também fossem vistas e aplaudidas. Através de maquiagens e penagens, este artista transformou a visão social do Brasil em relação à gênero e sexualidade.

Malgrado as conquistas, o caminho percorrido não foi livre de obstáculos e ainda hoje podemos encontrar aqueles capazes de recorrer à violência física como forma de “corrigir” homens que não performem virilidade, os rotulando pejorativamente como “bichas”.

O DOCUMENTÁRIO “(BI)CHAS” E A VIVÊNCIA BISSEXUAL EM SERES AFEMINADOS

Apesar de alguns indivíduos, como Vitor Fernandes, homem cisgênero branco não-afeminado, conseguirem escolher onde, quando e como externalizar sua sexualidade, objetivando se privar de situações vexatórias, outros não tem o mesmo privilégio. O documentário “(BI)CHAS”, de 2020, acompanha relatos de quatro bissexuais afeminados, isto é, “sujeitos que performam a feminilidade em seus corpos e que esta pode ser performada junto com questões vinculadas à virilidade” (MOURA, R.; NASCIMENTO, 2021, p. 2), dentre eles, Tiago Moura, homem cis bissexual, que relata ter passado por diversos episódios de violência no início de sua adolescência, devido à leitura social de seu ser enquanto homem afeminado.

Eu tinha, acho, que doze anos. [Um garoto] ameaçou de ir lá no colégio e me espancar na frente de todo mundo, por nada assim, não conhecia ele. Ele fez eu escrever [...] “eu sou arregão” e começou a fazer vários memes em cima disso, me zombando. No dia seguinte, no colégio, “tava” todo mundo zombando de mim, até meu professor rindo de mim. Apanhei no colégio também por um cara que achou que eu “tava” imitando ele, sendo que eu só “tava” “tipo”, encostado na parede, de braços cruzados. Ele me chutou tão forte no estômago que eu caí no chão, não conseguia respirar. [...] (ENGER, 2020, min. 8:23 - 9:08).

O testemunho acima ilustra como alguns homens perpetuam a subordinação de outros baseados na percepção de feminilidade performada, aliando misoginia e LGBTQIAPN+fobia à hegemonia anteriormente citada. Conforme a teoria de Connell, essa percepção de inferioridade insere os homens bissexuais numa visão hierárquica que legitima, na perspectiva hegemônica, a violência e a agressão constantemente vivenciadas por estes corpos, perpetuando um ciclo de opressão e discriminação que afeta não somente homens bissexuais, mas toda a sociedade.

Ainda no documentário, Moura conta que o estigma em torno do homem como ser masculino com voz grossa e demais atributos faz com que mulheres cisgênero também propaguem a discriminação, não se relacionando com homens afeminados. Ele conta que teve uma relação casual com uma

mulher que não o discriminava, mas esta também era bissexual (ENGER, 2020, min. 26:20 - 26:40).

Esses relatos revelam como ocupar um espaço fora do padrão esperado pode vir carregado de violência, marginalização e humilhação social, devido ao modelo hegemônico tomado como norma. Moura acrescenta em seu relato que “tem bastante preconceito em relação aos homens afeminados também no mundo LGBT. É difícil igual às vezes” (ENGER, 2020, min. 27:10 - 27:17).

Com a falta de acolhimento em ambas as comunidades (LGBTQIAPN+ e heterossexual), a bissexualidade cai em um espaço de invisibilidade e não-pertencimento. Esse entendimento de invalidez afeta homens como Vitor Fernandes e Tiago Moura, causando não só preconceitos sociais, mas também um sentimento de incertezas que permeiam a relação de si consigo mesmo. Gabe M. Thomaz, pessoa não-binária bissexual, compartilha sua história em consonância com a escrita acima:

O fato de eu gostar de meninos sempre foi algo muito claro na minha cabeça, mas a questão de gostar de pessoas independente de gênero foi algo que demorou um pouco mais “pra” eu entender porque eu não sabia que existia essa possibilidade. E aí eu passei a infância inteira assim, a adolescência inteira assim também, transitando entre isso de “ok, eu gosto de mulheres”, aí depois eu me atraía por um homem e falava “talvez eu goste de homens”, até que, num momento uma amiga “tava” se assumindo “pra” mim [...], [eu comecei a] falar que “tava” tudo bem, que era isso, ela era uma menina bissexual e que isso é normal, aí eu comecei a chorar muito sem entender muito bem o porquê eu estava chorando. Foi quando eu percebi e falei “é, talvez eu também seja bissexual”. Eu me entendi nesse momento [...]. (ENGER, 2020, min. 10:48 - 11:47).

Cada letra acima retrata vividamente o processo de autodescoberta e construção de identidade sexual que muitas pessoas monodissidentes enfrentam até alcançar um rótulo que as contemplem, neste caso, a bissexualidade. A cada seção desta pesquisa se faz ainda mais evidente a relevância da reivindicação realizada pela Frente Bissexual Brasileira do direito à uma autodescoberta alinhada ao desenvolvimento da infância e adolescência, uma vez que a falta de normalização sobre a possibilidade de uma sexualidade monodissidente contribuiu para que o entrevistado só conseguisse se enxergar nesse lugar quando enxergou ao outro.

Caíque Gomes, homem cis bissexual, conta que, ao conversar com sua mãe sobre sua sexualidade, apesar de uma boa acolhida, teve de ouvir ela dizer “você, [maquiado] desse jeito... Nenhuma menina vai querer ficar com você” (ENGER, 2020, min. 19:05 - 19:09). O preconceito carregado no pensamento exposto aparece disfarçado de preocupação familiar, sendo, na verdade, um indício de como a hegemonia promove também uma solidão bissexual.

O PODCAST “BI SEM CARTEIRINHA” E A SOLIDÃO BISSEXUAL NA CONTEMPORANEIDADE

Se enganam aqueles que entendem a bissexualidade como uma possibilidade que proporciona maior atividade amorosa e sexual. Estudos realizados pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças revelam que a solidão afeta 56,7% dos bissexuais estadunidenses, enquanto apenas 30,3% dos heterossexuais são afetados (MORAES, 2024, p. única). Estes dados advêm da falta de aceitação social¹³ e familiar¹⁴. Gabe M. Thomaz, citado anteriormente como entrevistado do documentário “(BI)CHAS” e agora como membro do programa de *podcast* “Bi Sem Carteirinha”, concorda com a pesquisa acima de forma vivencial ao dizer que “falar sobre bissexualidade nesse lugar pessoal é muito sobre falar sobre a solidão” (THOMAZ; DIAS; FREITAS, 2020, min. 31:12 - 31:16).

Tal solidão afeta a saúde mental destas pessoas, contribuindo com quadros de ansiedade, depressão, conflito de imagem e estresse (MORAES, 2024, p. única). Em entrevista para o *podcast* citado anteriormente, Diego Ribeiro, homem cis bissexual, compartilha sua experiência ao utilizar uma plataforma virtual de encontros:

[...] quando eu usava o *Tinder*, não tava lá no meu perfil “bissexual” né? Tinha lá uma descrição bem básica sobre mim, eu dava vários matches [ato de encontrar um perfil compatível com o seu] com caras né? Com mulher é difícil, mas às vezes acontecia alguns, [...] chegou, “tipo”, acho que uma vez “d’eu” falar “tá, me passa seu Instagram” aí eu vou lá no Instagram dele, [...] dou like [curtida] nas fotos, aí eu acho que ele entra no meu, e o

13 quando bissexuais não encontram outras pessoas para se relacionar devido aos estigmas atribuídos a sua sexualidade.

14 quando o apoio necessário é escasso e seu lar se torna seu primeiro campo de guerrilha.

meu quando entra [...] já tem lá o “bi”, lá. Aí quando eu volto no *Tinder*, cadê o match que eu tinha dado com o cara? (THOMAZ; DIAS; FREITAS, 2020, min. 23:07 - 23:57).

Compartilhando esta vivência, Ribeiro demonstra o que bissexuais enfrentam no momento que demarcam seus territórios com a bandeira rosa, roxa e azul, nos mostrando a importância do combate à bifobia dentro e fora do movimento LGBTQIAPN+, uma vez que um homem não-heterossexual, possivelmente vítima, em algum momento de sua vida, de algum preconceito contra sua identidade sexual, pratica um ato preconceituoso contra um bissexual. Apesar desta pesquisa não buscar um aprofundamento medicinal, seria irresponsável ignorar os problemas psicológicos que podem vir associados à rejeição, devido à prática de descarte em conversas que fluíam para uma circunstância relacional. Ainda compartilhando sua história, ele diz que.

[...] Já aconteceu também outra vez “d’eu” começar a conversar com um “cara” aí uma época. “Tipo”, tava muito legal o nosso papo “tava” desenrolando, aí eu cheguei a comentar com ele que eu era “bi” e [...] ficou frio o papo, e eu [pensei] “mano o que que aconteceu? O que foi que eu fiz?”. [...] Em nenhum momento passou pela minha cabeça que tinha sido isso, mas aí eu lembrei “tá eu falei pra ele que eu era bi e tudo mais que eu já me apaixonei por mulher”, aí ele simplesmente parou de falar comigo, sabe? Respondia seco e desfez o *match* comigo também e hoje em dia no meu perfil do *Tinder* tá lá que eu sou bi e os *matches* caíram bastante. (THOMAZ; DIAS; FREITAS, 2020, min. 23:59 - 24:41).

Acima, temos um exemplo de como o preconceito pode afetar relacionamentos e interações sociais. Ao compartilhar sua identidade sexual de forma natural e honesta, esperando continuar uma conversa agradável, recebeu uma reação de frieza e distanciamento. É importante frisar que, ao compartilhar este relato, busca-se falar não de uma experiência específica de um indivíduo específico, mas pontos de convergência entre vivências bissexuais, uma vez que diversas pessoas compartilham da experiência de perder oportunidades de conexão após se afirmarem enquanto bissexuais. Ao mesmo tempo que fala-se de um, fala-se de muitos outros que se encontram na mesma denominação, buscando entender como estes relatos se cruzam e se sobrepõem, reconhecendo uma experiência bissexual compartilhada.

Retornando ao relato, notando que Ribeiro associa a falta de *matches* com a exposição de sua sexualidade em seu perfil, podemos relembrar o movimento citado anteriormente de esconder sua sexualidade enquanto mecanismo de defesa, algo que seria possível para pessoas bissexuais devido a possibilidade de se relacionar com pessoas de gênero outro à sua identidade. Claramente, não se trata de uma opção saudável, uma vez que

Ser LGBT não é uma escolha, mas esconder uma parte vital da sua identidade é. Ficar no armário pode ser uma saída segura num ambiente hostil, mas também pode levar a sérias consequências negativas, incluindo ansiedade, medo, problemas de saúde e uma sensação profunda de solidão (DITTRICH, 2024, p. única).

Também se engana quem pensa que os problemas citados são exclusivos da relação aquileana e o contato com mulheres seria diferente. Kenai Dias, pessoa não-binária bissexual, diz que “depois que eu coloquei na minha ‘bio’ do *Tinder* que eu sou bissexual, nunca mais dei *match* com mulher nenhuma” (THOMAZ; DIAS; FREITAS, 2020, min. 28:57 - 29:05). Em consonância, Ribeiro conta que ao enfrentar uma rejeição advinda de uma mulher com quem estava conversando, ela justificou-se dizendo: “Eu não quis falar ‘pra’ você a real. É que na verdade eu não quero ficar com um ‘cara’ que quer outro homem também” (THOMAZ; DIAS; FREITAS, 2020, min. 25:55 - 26:03).

Assim, podemos observar como a formação da identidade bissexual esbarra em diversos obstáculos que podem dificultar a busca por conexões interpessoais significativas. A experiência de Dias relacionada com o relato de Ribeiro nos revela uma jornada com rejeição por todos os lados, uma vez que seus parceiros os liam como homossexuais ou heterossexuais, invalidando a bissexualidade como uma atração sem maior probabilidade de traição e que não depende da relação simultânea com pessoas de diferentes gêneros.

Além do tratado acima, Thomaz ainda relata que, em sua juventude, se mostrava ao mundo enquanto um homem afeminado dentro do rótulo heterossexual, com parceiras sexuais esporádicas que se relacionavam sem demonstrar interesse no desenvolvimento de algum afeto. Ele lembra que, com ele, elas mantinham um relacionamento casual, mas se fossem ter algum relacionamento

sério, seria com um homem cisgênero, branco e heteronormativo (THOMAZ; DIAS; FREITAS, 2020, min. 31:20 - 31:48), trazendo mais uma vez a influência da masculinidade hegemônica sobre relações na qual é preciso ser do gênero, raça e sexualidade corretos para servir para algo além de diversão. Gabe M. Thomaz continua seu relato contando que, após se assumir bissexual, nem para relações amigáveis ele era querido, a não ser que fosse o “amigo gay”.

Essas mulheres héteros [...] não me veem como uma possibilidade de flerte porque eu sou muito afeminado pra [...] lógica hétero normativa e tal, e os homens gays me veem como um lugar de tipo, flerte, mas contanto que eu não esteja me afirmando bissexual, sabe? Contanto que eu entenda que a centralidade é a homossexualidade e que se eu estou com eles é porque eu estou vivendo meu lado homossexual, [...] na maioria das vezes eu não sou respeitado enquanto bissexual, então [...] é uma coisa de solidão mesmo. (THOMAZ; DIAS; FREITAS, 2020, min. 34:07 - 34:41).

A experiência de ser visto como “muito afeminado” para mulheres heterossexuais e como um objeto de flerte condicional para homens gays ilustra a falta de espaço e respeito que estas pessoas precisam lidar cotidianamente, causando uma dinâmica de exclusão e condicionalidade que leva bissexuais a se fecharem em vínculos sociais e amorosos com outros bissexuais, em busca de um relacionamento respeitoso e livre de amarras. Infelizmente, nem sempre este encontro ideal acontece (THOMAZ; DIAS; FREITAS, 2020, min. 24:41 - 24:54), gerando uma profunda reclusão, onde o indivíduo bissexual é forçado a escolher entre sua identidade e possíveis conexões significativas.

Assim, faz-se as seguintes reflexões: até quando pessoas bissexuais terão que abandonar sua identidade para se encaixarem em normas pré-impostas? Seria esta a única forma de viver em harmonia em um mundo culturalmente binário?

CONCLUSÕES GERAIS

Todo este texto é escrito não com a intenção de responder alguma das perguntas elaboradas anteriormente, mas sim com o desejo de compartilhar e refletir sobre histórias bissexuais contadas por vozes bissexuais, vivências reais que possibilitam enxergar e entender como estas pessoas se relacionam com o mundo e quais dificuldades encontram nesta jornada.

Muitas conquistas e reconhecimentos já foram alcançadas pelo movimento LGBTQIAPN+, mas ainda se faz mister termos, enquanto sociedade, maior familiaridade com a história e o percurso daquelas identidades que estão para além da segunda letra da sigla, permitindo assim uma naturalização que possibilite um movimento protagonizado não apenas por gêneros e sexualidades binárias. É preciso que outras lideranças protagonizem as caminhadas, desta vez, com maior visibilidade para as sexualidades monodissidentes e os gêneros não-binários.

Apesar de vivenciar um afastamento da bissexualidade num primeiro momento, Vulpo, Alixandre, Fernandes, Moura e Thomaz entraram em contato com o termo e se entenderam como bissexuais. A tendência é que esse número cresça conforme mais pessoas encontrem este rótulo e percebam que sua “atração conflitante” também é experienciada por outras pessoas que se associam através de uma denominação. Promover visibilidade à bissexualidade é promover uma “saída do armário” segura e saudável, permitindo que a hegemonia seja vista como uma imagem irreal, não-alcançável nem mesmo por aqueles que ocupam o padrão cis-hetero-branco-viril, mas não se enquadram ao esperado quando se diz respeito à idade, peso, massa muscular, poder aquisitivo, dentre outras categorias.

“Não assuma que a bissexualidade é naturalmente binária e duogâmica: que nós temos “dois” lados ou que devemos estar simultaneamente envolvidos com dois gêneros para estarmos realizados enquanto seres humanos.” (ANYTHING THAT MOVES, 1990, p. única, tradução nossa)¹⁵ e, assim, não assuma ser possível pensar sexualidade desvinculada de gênero. Sem rótulos de gênero, não teríamos rótulos de sexualidade, afinal, isso contribui para a percepção de atração para com determinados grupos. Na contemporaneidade, estes rótulos sexuais ainda se fazem necessários para que possamos afirmar que existimos e não somos poucos. Somos muitos, distribuídos entre as cinco regiões brasileiras e também por todo o globo. Quem sabe algum dia poderemos abolir todas estas classificações e viver somente pelo ato experienciado, mas ainda não po-

15 Trecho original em língua inglesa: Do not assume that bissexuality is binary or duogamous in nature: that we have “two” sides or that we must be involved simultaneously with both genders to be fulfilled human beings.

demos nos dar ao luxo de não nos afirmarmos diariamente, em busca de maior visibilidade e convivência harmoniosa com o restante da sociedade. Em um geoide com países em que pessoas LGBTQIAPN+ tem suas existências criminalizadas, se faz necessário esta afirmação diária acompanhada por luta de direitos humanos e sociais. Portanto, esses parágrafos incluem rótulos utilizados pelas pessoas mencionadas, dado o entendimento de que são fundamentais para o reconhecimento das experiências compartilhadas e a compreensão de como diferentes identidades de gênero e sexualidade influenciam esses relatos. Todas essas experiências são dependentes de suas identidades.

Ao afirmar que se posicionar em relação à sua sexualidade é também se posicionar ao/no mundo como uma forma de ser/estar/ocupar, entende-se também que gênero atravessa este modo de existir, uma vez que crianças são precocemente educadas a serem diferentes umas das outras e, conseqüentemente, experimentam o desenvolvimento sexual de formas diferentes.

Ao realizar o recorte por pessoas cuja genitália foi o fator determinante para atribuir-lhes o rótulo de “homem”, esta pesquisa se depara com pessoas não-binárias, que, ao nascer, foram designadas pertencentes ao gênero masculino, fazendo com que essa atribuição associada à hegemonia interferisse ainda mais em suas trajetórias de autoidentificação. Isso causa interseções em suas experiências. Tiago Moura, por exemplo, apesar de cisgênero, não foi agredido por ser bissexual, mas por ser visto como inferior e/ou subordinado, devido a sua não-performance de virilidade esperada. Como poderíamos ter a expectativa de que, sozinho, tivesse coragem de se assumir bissexual, se nem mesmo sua performance de gênero está alinhada com o que lhe foi atribuído e dito como norma?

No corpo do texto é utilizado o termo “bissexualidade(s)” como forma de destacar o entendimento de que se trata de uma sexualidade plural. Engloba-se homens, mulheres e pessoas não-binárias que sentem alguma atração por mais de um gênero, independente da porcentagem de atração (até mesmo, por tratar-se de algo que flui durante a vida). Mari Alixandre e Uno Vulpo passaram por uma fase turbulenta ao não terem acesso ao entendimento de que sexualidade não é algo engessado, com regras a se seguir e modos de se relacionar. Se am-

bos tivessem acesso ao termo e algum exemplo do que é ser bissexual, talvez pudessem ter vivenciado um autodescobrimento alinhado ao desenvolvimento da infância e adolescência, como propaga o Manifesto Bissexual Brasileiro, objetivando um percurso mais tranquilo e igualitário.

A bissexualidade vivenciada por pessoas que, ao nascer, foram lidas como pertencentes ao gênero masculino sofre preconceitos específicos por ser associada a um possível privilégio bissexual que não existe, além de ser permeada por normas que regem, desde muito cedo, o que é ser homem. Após tantos relatos é possível concluir que existem diversas formas de ser e se entender enquanto pertencente à uma identidade de gênero, sendo todas importantes para uma sociedade plural e diversa. Jamais devemos permitir que a tirania da norma hegemônica sufoque a riqueza da diversidade humana.

Políticas educacionais precisam ser ampliadas para começarmos a reeducar a sociedade e difundir o respeito e a multiplicidade social. Mídias televisivas devem contribuir com a propagação da diversidade de corpos, vozes e modos de ser/estar/ocupar, para que o entendimento hegemônico perca força e seguidores. Uma sociedade construída em formato de pirâmide (com alguns grupos sociais na base e outros no topo) jamais terá verdadeiro progresso.

Pessoas bissexuais merecem respeito assim como quaisquer outros indivíduos. Ser bissexual não te encaminha para algum molde estereotipado de personalidade. A difusão e prática das palavras iniciais deste parágrafo já contribuiria com a diminuição da bifobia e dos estigmas relacionados a homens, mulheres e pessoas não-binárias bissexuais. A criação de mais programas sociais assistencialistas seria de grande importância para que cada vez mais bissexuais pudessem, através de profissionais da psicologia, se reafirmar enquanto indivíduos comuns, sem nenhum ônus ou inconveniente.

É fundamental reconhecer que a solidão bissexual é um problema estrutural, resultado de preconceitos e normas socioculturais que perpetuam a invisibilidade e exclusão de pessoas bissexuais. A solidão, a exclusão, o preconceito e a falta de informação aliados levam cada vez mais indivíduos a desistirem de se assumirem bissexuais, gerando números não-reais da quantidade de brasileiros que não se encontram dentro do espectro da monossexualidade,

além de uma possível vida frustrada e repleta por insatisfação pessoal, dado que uma identidade que integra seu ser é negada e silenciada.

Com seis seções e mais de cinquenta parágrafos, este texto se encerra, com a esperança de que estas páginas promovam alguma evolução na empatia para com pessoas bissexuais e maior entendimento acerca da bissexualidade. Se este texto chegou até você, leitor, e você chegou até aqui, espera-se que tenha, agora, uma melhor perspectiva de como se dão as experiências de autoidentificação e aceitação da bissexualidade entre pessoas que, ao nascer, foram designadas ao gênero masculino, e se você, leitor, também se encontra dentro deste rótulo rosa, roxo e azul, saiba que sua identidade é válida! Você não está sozinho. Você não está errado. Nossos corpos são plurais, assim como nossa identidade. A bifobia e o apagamento bissexual jamais soarão mais alto que as nossas vozes. “É hora da voz bissexual ser ouvida” (ANYTHING THAT MOVES, 1990, p. única, tradução nossa)¹⁶.

REFERÊNCIAS

ALIXANDRE, Mari; MUNHOZ, Airo. **Bissexualidade**. Conversa de Travesseiro. 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6YIBLhImNj-COSuT9tzsLHH?si=zsJVpe10T8am2Bs7Wx-mPA>. Acesso em: 01 out. 2024.

ANYTHING THAT MOVES. **Bisexual Manifesto**. 1990. Disponível em: <https://biologue-group.tumblr.com/post/17532147836/atm1990-bisexualmanifesto>. Acesso em: 25 set. 2024.

DANIELI, Lisiane Andriolli; SOARES, Giovanna; PUPULIN, Camila R. **Existe bissexualidade sem heterossexualidade compulsória?**. Sapataria Podcast. 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0y33J5vMYjdDmuShdcenWh?si=oM7H8zXSTtqZJP3ke3qU9w>. Acesso em 16 out. 2024.

DOMBOROVSKI, Ariane. **23 de Setembro - Dia da (in)Visibilidade Bissexual**. SIPAD UFPR. 2020. Disponível em: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/23-de-setembro-dia-da-invisibilidade-bissexual/>. Acesso em 25 set. 2024.

DITTRICH, Boris. **A solidão das pessoas LGBT**. Revista Vida Simples. 19 mai. 2024. Disponível em: <https://vidasimples.co/relacionamentos/a-solidao-das-pessoas-lgbt/>. Acesso em 16 nov. 2024.

¹⁶ Trecho original em língua inglesa: It is time for the bisexual voice to be heard.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. 2. ed. 2005.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Revista Estudos Feministas, 2013, p. 241-282. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>. Acesso em 05 out. 2024

ENGER, Victor. **(BI)CHAS**. 2020. Disponível em: https://youtu.be/wfDLc-QmYIk8?si=g_K1Lws45Zsjj_NI. Acesso em 05 out. 2024.

FERNANDES, Vitor, et al. **58 - Bissexualidade masculina existe**. PODCASTÃO - O podcast da sapatão. 2021. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/30dapDevRKAzJ7dDEQXiHr?si=nM1WrxpLTd2spFwH-vQbvw>. Acesso em 01 out. 2024.

FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA. **MANIFESTO BISSEXUAL BRASILEIRO**. 25 set. 2021. Disponível em: <https://www.frentebissexualbrasileira.org/manifesto-bissexual-brasileiro>. Acesso em: 25 set. 2024.

GRANEIRO, Caio; MORELLI, Renato. **O que é masculinidade gay?**. 22 jul. 2023. Disponível em: <https://youtu.be/NSuISfGWKj4?si=fN0oknkjkbCK6oal>. Acesso em: 01 nov. 2024.

JAEGER, Melissa, et al. **Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos**. n. 11, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/28011>. Acesso em 01 out. 2024.

KLIDZIO, Danieli; MONACO, Helena M. **Bi-biblioteca: divulgação científica sobre bissexualidade e monodissidência no Instagram**. Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, v. 5, n. 5, 2022. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/3721>. Acesso em: 17 out. 2024.

MATOGROSSO, Ney; BARROS, Antonio. **Homem com H**. 01 jan. 1981. Disponível em: https://youtu.be/WV011NVUlnw?si=Zry_j1t7UDeDVERZ. Acesso em 01 nov. 2024.

MATOGROSSO, Ney; MATURANA, João; CLAIRE, Marie. **Ney Matogrosso sobre romper com papéis de gênero: ‘Não estava atrás do feminino, eu queria ser um bicho’**. 2024. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/cultura/noticia/2024/08/ney-matogrosso-sobre-romper-com-papeis-de-genero-nao-estava-atras-do-feminino-eu-queria-ser-um-bicho.ghtml>. Acesso em 01 nov. 2024.

MORAES, Lígia. **Solidão afeta maioria das pessoas bissexuais e transexuais, diz pesquisa.** Revista Veja. 28 jun. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/solidao-afeta-maioria-das-pessoas-bissexuais-e-transexuais-diz-pesquisa/mobile#:~:text=A%20pesquisa%20revelou%20que%20a,%25%20a%2063%2C9%25>. Acesso em 16 nov. 2024.

MOURA, Renan Gomes de; NASCIMENTO, Rejane Prevot. **O gay afeminado nas organizações: uma tensão permanente com padrões heteronormativos.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 29, n. 1, e65840, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/GFfHVJKQJtM4xQr3YCxWdwp/>. Acesso em 05 out. 2024.

NELSON, Rosie. **Deconstructing the Clinging Myth of ‘Straight-Passing privilege’ for bi+ People.** Journal of Bisexuality, p. 303–324, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15299716.2024.2332873?src=>. Acesso em: 16 out. 2024.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. **Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa.** Textos & Contextos (Porto Alegre), [S. l.], v. 10, n. 1, p. 193–198, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7375>. Acesso em: 01 out. 2024.

RODRIGUEZ, Shay de los Santos. **UM BREVE ENSAIO SOBRE A MAS-CULINIDADE HEGEMÔNICA.** Diversidade e Educação, v. 7, n. 2, p. 276–291, 2020. DOI: 10.14295/de.v7i2.9291. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9291>. Acesso em: 1 out. 2024.

SILVEIRA, Daniel. **Diversidade sexual: 2,9 milhões de brasileiros se declaram homossexuais ou bissexuais, aponta IBGE.** g1 Saúde. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/sexualidade/noticia/2022/05/25/diversidade-sexual-29-milhoes-de-brasileiros-se-declaram-homossexuais-ou-bissexuais-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2024.

SHAW, Julia. **InvisiBilidade: cultura, ciência e a história secreta da bissexualidade.** tradução Vic Vieira Ramires. 1. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2023.

THOMAZ, Gabe M.; DIAS, Kenai; FREITAS, Maria. **A solidão do homem bissexual.** 21 set. 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/37Cz-GTs31ws8pba03CJ9Wf?si=wZgx2rADTqmsVIIZjkrcrA>. Acesso em 16 nov. 2024.

VULPO, Uno, et al. **#2 Beije um cara e agora? com Paulo Correa.** Sobre o Prazer Deles. 2022. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/6Gt-7zyb9PF07w799WWxYfX?si=SwK1lvNRTG6AZmr_7ZxO_g. Acesso em 01 out. 2024.

CAPÍTULO 6

A (QUASE)AUSÊNCIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NO PNLD LITERÁRIO (2021)

Felipe Miguel da Silva Begrami
Valdirene Barboza de Araújo Batista
Doi: 10.48209/978-65-5417-486-6

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de promover a formação integral dos estudantes — princípio estabelecido pela LDB/1996 e reafirmado pela *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC/2018) —, os programas de distribuição de livros têm, progressivamente, incorporado em seus acervos obras que tratam de temas contemporâneos e socialmente relevantes. Desde 2018, o PNLD Literário vem distribuindo livros de literatura para os três níveis de ensino que constituem a educação básica. Esse programa foi criado para substituir o então Programa Nacional Biblioteca da Escola, amplamente conhecido como PNBE, cujo trâmite se deu por intermédio do Decreto 9.099, de 18 de julho de 2017.

Se bem aproveitado pelos educadores, esse programa de distribuição de livros pode ser fundamental para a formação de leitores de literatura em ambiente escolar, mobilizando a fruição estética, os pensamentos crítico, criativo e reflexivo, o (re)conhecimento de si e do outro, a partir do acesso a temas que contemplam a diversidade étnica, sexual, cultural, identitária e social. Isso porque, conforme já preconizou Antonio Candido (1972), a literatura pode humanizar as pessoas em sentido profundo, uma vez que consegue, por intermédio do trabalho artístico com a palavra, representar toda a complexidade humana, podendo atuar no processo de formação e desenvolvimento dos leitores.

Considerando a importância dessa iniciativa no âmbito das políticas públicas voltadas para a formação de leitores de literatura, a pesquisa, cujos resultados são apresentados neste texto, objetiva investigar a presença/ausên-

cia de temas ligados às relações de gênero e sexualidades no acervo que compõe o *Guia Digital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático Literário*, no ano de 2021, para o ensino médio (1ª à 3ª série). A intenção é compreender em que medida esse programa de distribuição de livros literários está contribuindo para a democratização desses temas em ambiente escolar, bem como possibilitando reflexões que possam levar ao conhecimento de si e do outro, de forma sensível, empática e generosa.

A pesquisa é de cunho bibliográfico, tendo em vista que dialoga com estudos desenvolvidos por outros pesquisadores que já trataram do tema, estando entre eles: Vianna e Cavaleiro (2011), Palma *et al.* (2015), Yamasaki (2020), Louro (1999). Ao mesmo tempo, é documental, pois possui como principal objeto de investigação o *Guia Digital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático Literário*, edição de 2021, que teve como público-alvo os estudantes do ensino médio e professores das escolas públicas brasileiras. O trabalho foi desenvolvido sob abordagem mista, lançando mão tanto da análise quantitativa quanto da qualitativa, o que possibilita a compreensão mais completa e abrangente do problema de pesquisa, bem como a interpretação dos dados considerando as complexidades que os envolvem. Os resultados apontam para a necessidade de repensar o espaço ocupado por livros que tratam de questões ligadas às relações de gênero e sexualidades na esfera do acervo do PNLD Literário.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

As políticas públicas educacionais brasileiras voltadas para diversidade, gênero e (homo)sexualidades, conforme salientam Cláudia Vianna e Maria Cristina Cavaleiro (2011), foram impulsionadas, em especial, pela participação do governo brasileiro e da sociedade civil em diversas conferências internacionais ocorridas ao longo dos anos de 1990. Ainda que a realização dessas conferências objetivasse o cumprimento de metas voltados para a universalização de acesso, a elevação da escolaridade, a flexibilização dos currículos, entre outros propósitos orientados por agências multilaterais internacionais, elas foram

cruciais para a constituição de um pacto educacional, voltado às questões da diversidade sociocultural em várias direções.

A crítica especializada indica os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) como o primeiro documento orientador do currículo brasileiro a usar oficialmente os vocábulos “sexualidade” e “gênero”. Todavia, segundo Vianna e Cavaleiro (2011), a subordinação dessas duas temáticas ao trinômio corpo/saúde/doença no tema transversal denominado Orientação Sexual foi motivo de severas críticas. Isso porque o documento assinala que o trabalho com a orientação sexual deveria estar voltado para a promoção da saúde das crianças e dos adolescentes, de modo a prevenir das doenças sexualmente transmissíveis, particularmente da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) que, naquele momento, assustava a população brasileira. Da mesma forma, deveria contribuir para a prevenção de problemas graves, como o abuso sexual e a gravidez indesejada. Conforme consta no documento, as “informações corretas aliadas ao trabalho de autoconhecimento e de reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a consciência sobre os cuidados necessários para a prevenção desses problemas” (Brasil, 1998, p. 79).

A pouca relevância dada ao tema diversidade sexual suscitou severas críticas, sobretudo, por sinalizar certa discriminação em relação à homossexualidade, como evidenciam diferentes estudos. A título de exemplificação, no artigo “Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil”, os pesquisadores Yáskara Arrial Palma, Aline da Silva Piason, Almudena Garcia Manso e Marlene Neves Strey divulgam o resultado de uma pesquisa que objetivou investigar a abordagem do tema da orientação sexual nos PCN. Os investigadores apontam certa incipiência em relação à diversidade sexual, podendo, no documento, o termo diversidade se relacionar à cultura em geral, mas não especificamente à sexualidade. Além disso, criticam o modelo higienista da sexualidade adotado pelo documento curricular nas áreas de Linguagens e Códigos e suas tecnologias e de Ciências Humanas e suas tecnologias.

Segundo os pesquisadores supracitados, no que diz respeito à homossexualidade, a temática aparece rapidamente vinculada à ideia de que não se deve

ter preconceitos nem discriminar o diferente. Em nenhum momento suscita a discussão acerca da necessidade de promover momentos de reflexão para pensar o desejo afetivo-sexual direcionado para a pessoa do mesmo sexo. Da mesma forma, não há discussão sobre as diversas maneiras de se constituir uma família para além do modelo tradicional pai, mãe e filhos.

Seja como for, ainda que dentro desse contexto de saúde pública, conforme indicam os estudos de Vianna e Cavaleiro (2011), esse período foi muito importante para impulsionar a discussão de questões ligadas à identidade de gênero e à (homo)sexualidade. Nesse cenário, destaca-se a realização de algumas ações importantes, a saber: a criação das *Diretrizes para uma Política Educacional em Sexualidade* em 1994; a instituição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I) em 1996, iniciando a trajetória que relaciona sexualidade e direitos humanos; a aprovação do *Plano Nacional de Educação* em 2001, Lei 10.172, que ao contrário do que se esperava, nesse momento, não ampliou o debate em relação à sexualidade, à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero.

Ainda sob o ponto de vista dessas duas pesquisadoras, foi ao final de 2002 que o movimento homossexual brasileiro sofreu algumas alterações, surgindo a denominação LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros). Com a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), a agenda governamental do Ministério da Educação (MEC) acolheu temas e sujeitos que dela estavam excluídos, ficando essa secretaria incumbida de transformar as propostas gestadas em outros programas e planos em metas voltadas para a educação. Ao longo dos anos, mesmo entre sobressaltos, foram realizadas várias ações com vistas a incluir as questões específicas desse grupo social. A realização da VI Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, por exemplo, insere questões da inclusão e da diversidade na pauta das políticas educacionais do Brasil. O eixo “Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e igualdade”, do Plano Nacional de Educação (PNE), também abordou diversas sugestões de políticas sobre temas muito variados, tendo em vista a realidade sociocultural do país, estando entre eles as questões de gênero e diversidade sexual.

É nesse contexto que os programas de distribuição de livros vêm, ao longo dos anos, incluindo, em seus acervos, obras que abordam temas contemporâneos e relevantes. Quando foi criado, em 1997, o PNBE, aparentemente, não dava tanto enfoque à inclusão da temática LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não-binárias), posto que oferecia às escolas públicas obras mais focadas na literatura clássica e contemporânea. A partir dos anos 2000, começa a inclusão gradual de temas ligados à sexualidade sob várias perspectivas. Atualmente, ainda que timidamente, o PNLD Literário tem oferecido livros às escolas brasileiras que contemplam essa temática.

DA CONFIGURAÇÃO E DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A investigação se concentrou, no primeiro momento, em fazer o levantamento de palavras e termos que pertencem ao campo semântico das relações de gênero e sexualidades nas resenhas oferecidas aos professores pelo *Guia do PNLD Literário*, a saber: diversidade sexual, educação sexual, homossexualidade, identidade de gênero, LGBTQIAPN+, orientação sexual e sexualidade. Para tanto, foi utilizado o recurso para busca de palavras em documentos do Word – Localizar. No segundo momento, intencionando fazer uma análise comparativa, foi feita a busca de outros temas que também podem pertencer ao universo juvenil, estando entre eles: amizade, namoro, escola, família e religiosidade. Segundo Teresa Colomer (2003), a narrativa juvenil contemporânea tende a tratar de temas ligados a questões que envolvem relações interpessoais, amadurecimento, a vida em sociedade e aventuras.

Importa informar que as resenhas foram criadas por diferentes especialistas para apresentar uma visão geral da obra, com vistas a apoiar os educadores no processo de escolha. Daí que, segundo o *Guia*, a leitura atenta desse material seria de fundamental importância, posto que essas poderiam mobilizar debates e reflexões nas escolas, as quais deveriam considerar, igualmente, os contextos, as singularidades e os participantes desse processo, de maneira a oportunizar a inclusão de novas obras no acervo literário das escolas e no horizonte de leituras literárias dos estudantes.

A indicação de temas a serem abordados na obra é, certamente, um elemento importante no processo de escolha dos livros, uma vez que oferece orientações aos educadores. De acordo com o *Guia*, as obras que compõem o acervo do PNLD Literário devem estar isentas de preconceitos, estereótipos ou discriminação de ordem racial, regional, social, sexual, religiosa ou de gênero. Da mesma forma, a obra não pode incitar a violência entre seres humanos ou contra outros seres vivos, em qualquer uma de suas diversas manifestações, de maneira acrítica.

Após o levantamento dos doze termos-chave, foi feita a análise dos resultados obtidos. No total, o *Guia* em análise disponibilizou, em 2021, 526 resenhas aos educadores, cujos livros abordam diferentes temáticas. No que diz respeito aos temas que interessam à comunidade LGBTQIAPN+, em momento algum consta a expressão diversidade sexual de modo específico. Essa constatação dialoga com o já mencionado estudo realizado por Palma *et al.* que, em 2015, observaram o uso genérico do termo na esfera dos PCN. Os autores salientam que, nesse documento curricular oficial, o termo diversidade se relaciona à cultura, mas não à sexualidade. O mesmo ocorre com as expressões educação sexual e identidade de gênero, que aparecem várias vezes como palavras isoladas no âmbito do *Guia* analisado. O vocábulo diversidade aparece 61 vezes, identidade 67 e gênero 759, no entanto, em nenhum momento esses termos são empregados de forma específica no que diz respeito à diversidade sexual e identidade de gênero. Já a sigla LGBTQIAPN+ está totalmente ausente nas resenhas.

Apesar desse diagnóstico, as resenhas informam que dezenove livros contemplam, de alguma maneira questões ligadas à comunidade LGBTQIAPN+: onze abordam a sexualidade, cinco a homossexualidade e três a orientação sexual. Nesse cenário, importa salientar que, em geral, as resenhas não fazem hierarquizações entre os temas. Assim, nesses livros, esses temas dividem espaços com outros assuntos. A título de exemplificação, em *As Santas*, de Neir Illelis, além da orientação sexual, a obra discute temas do universo feminino, como religiosidade, matrimônio e violência doméstica, bem como discute questões relacionadas à ficção, ao mistério e à fantasia. No se-

gundo livro – *A princesa salva a si mesma*, de Amanda Lovelace – que é uma obra autobiográfica, igualmente são abordados os seguintes temas: desentendimentos familiares, estupro, relacionamento abusivo e suicídio. O mesmo ocorre com a obra *Quando somos todos quase*, de Manuel Filho, que também trata de outras questões, estando entre elas, a adolescência, a construção da identidade, as relações familiares e a internet.

Importa ressaltar que, em algumas obras, com base na leitura das resenhas, esses temas ocupam lugar de centralidade: dos cinco livros que indicam a homossexualidade na lista de temas, três a possuem como temática articuladora da trama narrativa. São eles: *Marcados pelo triângulo rosa*, de Ken Setterington, obra que aborda memórias de homens que sofreram durante o nazismo em razão da atração sexual sentida por outros homens; *Spinning*, de Tillie Walden, que se caracteriza por um relato autobiográfico que trata das dificuldades de se assumir homossexual perante à sociedade (o livro discute a sexualidade de forma pontual); e *Quinze dias*, de autoria de Vitor Martins, que, embora não indique a homossexualidade como tema, a julgar pelo resumo da trama narrativa, a temática é uma das principais. De maneira sintética, o enredo se constrói a partir do conflito vivenciado pelo protagonista Felipe, um estudante do ensino médio que sofre preconceito por ser gordo e homossexual. Logo, a homossexualidade está presente na obra como tema gerador, no entanto, não aparece na indicação de temas, sendo indicados como eixos temáticos os termos bullying, gordofobia e homofobia. À primeira vista, a ausência da palavra homossexualidade na resenha do livro em questão pode ser explicada pela presença da palavra homofobia.

O mesmo pode ser pontuado em relação ao tema sexualidade: das onze obras que indicam o vocábulo como tema, é possível afirmar que duas obras abordam a sexualidade como tema central. Trata-se do já mencionado *Spinning* e de *Sentimentos: achados e perdidos*, que abriga narrativas de diferentes autores. A primeira aborda a sexualidade como tema principal, dando ênfase à homossexualidade, conforme já foi pontuado anteriormente, enquanto a segunda é uma coletânea de contos que abordam diversos temas, estando entre eles um que explora a descoberta da sexualidade.

Já os outros temas menos polêmicos, igualmente importantes para o universo juvenil, são mais recorrentes: a palavra amizade aparece como eixo temático em 39 livros; o vocábulo escola aparece como tema em 26 resenhas; o tema família aparece em 74 livros; oito exploram a temática namoro; cinco abordam a religiosidade; e quatro indicam a palavra igreja entre os temas elencados nas resenhas. Ainda que a recorrência dos temas igreja, religiosidade e namoro esteja próxima da quantidade de vezes em que são indicadas as palavras que compõem o campo semântico das palavras ligadas à comunidade LGBTQIAPN+, o número é bastante desigual quando se considera o percentual de aparição dos vocábulos amizade, família e escola.

A recorrência em maior quantidade de temas que estão fora das urgências da comunidade LGBTQIAPN+ em livros destinados ao público juvenil pelo PNLD/Literário 2021, no primeiro momento, pode indicar a permanência de obras que não tratam de questões que são tabus na sociedade contemporânea. Uma das justificativas para essa permanência pode ser o fato de que tais obras possibilitam aos professores trabalhar em ambiente escolar com mais facilidade, sem preocupações ou pressões por parte da família e da sociedade em geral. Não se pode esquecer de que, não raro, os jornais veiculam notícias de livros que sofrem algum tipo de censura quando tratam de temas fraturantes. Em 2024, por exemplo, o livro *O avesso da pele*, de autoria de Jeferson Tenório, foi censurada, conforme informa o jornal virtual *Estadão*, por conter linguagem inapropriada para menores de 18 anos e descrição de relações sexuais entre personagens.

Em contrapartida, a pouca presença desses temas pode sinalizar a dificuldade dos que estão à frente desse programa para garantir que todas as pessoas sejam representadas igualmente. Mesmo que os temas família, amizade e escola possam não ser a temática principal das obras em que eles foram indicados, não há paridade de representação em termos quantitativos; a recorrência dos temas ligados à comunidade LGBTQIAPN+ está em evidente desvantagem. Ao discutir questões de gênero e sexualidade no currículo, Guacira Lopes Louro (1999) salienta que, no espaço escolar, há a prática de uma pedagogia da sexualidade que legitima determinadas identidades e reprime e marginaliza

outras. Daí a necessidade de ampliar essa representatividade num espaço tão importante como é a escola. Como defende Bárbara Yamasaki (2020, p. 9): “A representatividade valida a existência das pessoas, assegura que elas podem ser quem são e ainda mostra que elas não estão sozinhas”.

Não se pode negar que a abordagem dos temas polêmicos exige certo preparo por parte dos docentes. No entanto, é imprescindível lembrar que a literatura representa, no plano artístico, a vida em toda a sua plenitude e educa entre altos e baixos, luzes e sombras, tal como já preconizou Candido (1972), exercendo função bem diferente da exercida pela instituição escolar. Portanto, os livros disponíveis no PNLD Literário não devem ser utilizados para realizar algum tipo de educação formal, eles precisam estar a serviço da fruição estética e do conhecimento de si, do outro e do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido evidenciou que, desde a década de 1990, as políticas públicas brasileiras vêm caminhando em direção à inclusão de questões ligadas à comunidade LGBTQIAPN+ em projetos, planos e programas governamentais. Apesar disso, conforme foi evidenciado, a julgar pelas resenhas do *Guia do PNLD Literário*, de 2021, as quais são consideradas um importante instrumento orientador da escolha dos livros que irão compor o acervo das escolas, a presença de obras que abordam a sexualidade, a diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero ainda é bem tímida. Esse apontamento pode ser confirmado, em especial, quando se compara com a presença quantitativamente bem maior de outros temas que fazem parte do universo juvenil, mas que não suscitam polêmicas no primeiro momento.

Essa ausência reforça a exclusão, o isolamento e até mesmo a evasão escolar dos pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, o que favorece a ideia de que indivíduos que fazem parte desta sigla têm lugar limitado no espaço educacional, lugar garantido por lei a todos os indivíduos. Fechar os olhos para esses temas é negar a própria natureza humana, pois como é explicitado no texto de apresentação do tema transversal Orientação Sexual, parte que compõe os PCN (1997), a sexualidade é algo inerente à vida e à saúde, estando expressa

desde cedo no ser humano. Sendo assim, é de suma importância que os livros que vierem a compor o PNLD Literário contemplem uma diversidade de temas de forma igualitária, não permitindo que um se sobreponha ao outro em termos quantitativos e qualitativos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes para uma política educacional em sexualidade*. Brasília: MEC/Secretaria de Projetos Educacionais Especiais, 1994. (Série Educação Preventiva Integral; 2).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 18 jul 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decre-to/D9099.htm. Acesso em: 22 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia Digital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático Literário*. Brasília: MEC, 2021.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 18 jul. 2024.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, set. 1972.

COLOMER, Teresa. *A formação do leitor literário: narrativa infantil e juvenil atual*. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. Construindo o Sistema Nacional articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento-Base. Brasília, DF: MEC, 2010. v. 1-2.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista* Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

‘O AVESSE DA PELE’, livro que foi alvo de censura, será leitura obrigatória do vestibular da UFRGS. *Estadão*. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/literatura/o-avesso-da-pele-livro-que-foi-alvo-de-censura-sera-leitura-obrigatoria-do-vestibular-da-ufrgs-nprec/#:~:text=Literatura%20%E2%80%98O%20Averso%20da%20Pele%E2%80%99%2C%20livro%20que%20foi,recolhida%20de%20escolas%20do%20Paran%C3%A1%20e%20de%20Goi%C3%A1s>. Acesso em: 18 jul. 2024.

PALMA, Yáskara Arrial; PIASON, Aline da Silva; MANSON, Almudena Garcia e STREY, Marlene Neves. Parâmetros curriculares nacionais: um estudo sobre orientação sexual, gênero e escola no Brasil. *Temas psicol.* [online]. 2015, vol.23, n.3, pp.727-738. ISSN 1413-389X. <https://doi.org/10.9788/TP2015.3-16>.

VIANA, Cláudia; CAVALEIRO, Maria Cristina. Políticas públicas de educação e diversidade: gênero e (homo)sexualidades. *Niterói*, v.12, n.2, p. 27-45, 1. sem. 2012. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/06052013-124914dossie-2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

YAMASAKI, Bárbara. Quais são as suas cores? Representatividade LGBTQIA+ para adolescentes. 2020. Disponível em: <https://issuu.com/designsenac/docs/barbara_yamasaki_monografiaa>. Acesso em: 14 jan. 2024.

SOBRE O ORGANIZADOR

Lucas Melo Rodrigues de Sousa

Bacharel em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Especialista em Direito do Trabalho e Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pós-graduado em Educação a Distância pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro da Comissão de Direitos Sociais e Trabalhistas da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Minas Gerais (OAB/MG). Atuou como professor substituto no curso de Direito do Centro Universitário UNIFACEAR, ministrando a disciplina de Direito do Trabalho Aplicado.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Cleide Patrício de Souza

Bruna Adrielle Melo Fagundes

Mestranda em Administração pela UFSM.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7636234396392427>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0230-3920>

E-mail: brunamelofagundes@gmail.com

Felipe Miguel da Silva Begrami

Discente do 4º ano do curso de Letras: Português e Inglês do Centro de Letras, Comunicação e Artes da UENP (CJ). Membro do grupo de pesquisa Leitura e Ensino. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9365837117197289>.

ORCID ID: 0009-0006-4092-0284

E-mail: felipebegrami@gmail.com.

Gabriel Calça Tasso

Artista do corpo e da cena em atividade desde 2018. Transitando entre dança, teatro e performance, é registrado pelo Ministério do Trabalho como ator, iluminador, bailarino, coreógrafo, caracterizador, diretor, entre outros (DRT 35997/PR). Bacharel e Licenciado em Dança (UNESPAR), Técnico em Teatro (CEP) e Especialista em Gênero e Sexualidade (Educaminas).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0546640457736885>

E-mail: gabrielcalcatasso@hotmail.com

Henrique Nascimento Seerig

Graduando em Administração pela UFSM.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1226034612815014>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0252-6852>

E-mail: henriqueseerignassee@gmail.com

Icléia Caires Moreira

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Letras, em Estudos Linguísticos, Linha Texto e Discurso, na mesma instituição. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3540173705453946>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1572-8630>

E-mail: icleia.caires@ufms.br

Jumael dos Santos Silva Filho

Licenciado em Letras – Português/Literatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Mestrando em Letras pelo Programa de pós-graduação em Letras (PPGLETRAS) na mesma instituição, Bolsista CAPES.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8616914049830072>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2131-9494>

E-mail: jumael_santos@ufms.br

Laerte Magno Muraro Descovi

Mestrando em Administração pela UFSM.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8734676448715408>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-2494-6277>

E-mail: laerte.descovi@acad.ufsm.br

Marcela da Silva Melo

Mestra em Avaliação de Políticas Públicas (UFC, 2019), graduada em Administração (2016). Foi pesquisadora do Grupo de Avaliação de Políticas Públicas (GPAPP) do IFCE Campus Acaraú.

E-mail: marcelamelo@ifce.edubr

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1797605417118544>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2073-8504>

Maira Helena Muraro Descovi

Bacharela em Enfermagem pela UFSM.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3579659894705858>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-0260-255X>

E-mail: airahelena93@gmail.com

Maria Eduarda Waechter

Graduanda em Administração pela UFSM.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5461249066437692>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5369-7942>

E-mail: maria.waechter@acad.ufsm.br

Milena Muraro Gubiani

Graduanda em Jornalismo pela UFSM.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4713764350450520>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-6133-1898>

E-mail: milena.gubiani@acad.ufsm.br

Myrian Dias Vianna

Psicanalista pela Escola de Psicanálise de Brasília, Neuropedagoga Especialista em Educação e Saúde Mental, Psicopedagoga, Pedagoga formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Pesquisadora do Programa Estado, Governo e Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. E-mail: viannamyrian@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1501577063381038>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-8172-1610>

Valdirene Barboza de Araújo Batista

Graduada em Letras pela Fafija (Jacarezinho), mestra e doutora em Letras pela Unesp (Assis). Professora Colaboradora do Centro de Letras, Comunicação e Artes da UENP (CJ) e professora QPM da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1117626945824417>

ORCID ID: 0009-0000-1321-8752.

E-mail: valdirene.batista@uenp.edu.br.

DIVERSIDADES EM FOCO

**GÊNERO, SEXUALIDADE E DIREITOS
NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR**



www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

ARCO
EDITORES ● ● ●